



1290000789



IE

TCC/UNICAMP Si38a

UNICAMP

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA

" A Assistência Financeira do Japão aos Países em
Desenvolvimento "



Aluna: Solange Dias da Silva

Orientador: Gilson Schwartz

Campinas

Dezembro de 1992.

(...) " é minha firme convicção que a espécie humana alcançou um estágio no qual todos dependamos uns dos outros. Nenhum País ou Nação pode ser considerada à parte das demais, menos ainda em oposição a qualquer outra. A isso chamamos, em nosso vocabulário comunista, de " internacionalismo " , e a palavra significa a promoção dos valores humanos universais."

MIKHAIL GORBACHEV

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO

II. DESENVOLVIMENTO

II.1. Histórico

II.2. A Official Development Assistance do Japão (ODA)

II.2.1. A Filosofia da ODA

II.2.2. Características da assistência financeira

II.2.3. Os tipos de assistência financeira da ODA

II.3. A performance da ODA do Japão nos anos 80

II.3.1. Uma visão geral

II.3.2. A alocação de recursos da ODA por países

II.3.3. A alocação de recursos da ODA por região geográfica

II.3.4. A alocação de recursos da ODA por setor de atividade

II.3.5. A alocação de recursos da ODA nas questões ambientais

II.4. Os fluxos de recursos aos países em desenvolvimento

II.4.1. As estratégias de ajuda externa do Japão segundo o estágio de desenvolvimento dos países

II.4.2. Os fluxos de recursos

II.4.3. O Capital Recycling Program

II.4.4. Análise Geral dos Dados

II.4.4.1. Metodologia

II.4.4.2. Análise Quantitativa

II.4.4.3. Análise Qualitativa

II.4.5. Conclusão

II.5. Críticas à ODA

II.5.1. O papel do setor privado na ODA

II.5.2. A postura da ODA na nova ordem internacional

II.5.3. Os esforços recentes para melhoria da assistência

II.5.4. A eficácia da ajuda externa do Japão

III. CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

APRESENTAÇÃO

Este trabalho se constitui em uma proposta de pesquisa sobre a assistência financeira do Japão aos países em desenvolvimento.

Trata-se de um estudo envolvendo um retrospecto histórico da cooperação econômica japonesa.

Diz respeito, basicamente, à forma pela qual se dá a ajuda externa ao Japão aos países em desenvolvimento, dando ênfase ao papel das instituições responsáveis pela política assistencial japonesa. Além disso, o estudo inclui uma análise quantitativa e qualitativa do fluxo de recursos do Japão aos países em desenvolvimento durante a década de 80.

O objetivo deste trabalho - a partir de uma comparação dos fluxos de recursos entre os países asiáticos e os países da América Latina - é estabelecer perspectivas de cooperação econômica do Japão.

I. INTRODUÇÃO

Na década de 80, o aumento do peso econômico dos países asiáticos no cenário internacional e os ajustes estratégicos feitos pelos governos da região, permitiram uma internacionalização cada vez maior dessas economias, através de um processo dinâmico de cooperação econômica liderado pelo Japão.

Neste contexto, tornou-se relevante para as economias atrasadas - como as da América Latina que vêm sofrendo constantes crises financeiras ao longo das duas últimas décadas - considerar o processo de cooperação econômica do Japão e a assistência financeira por ele prestada, como uma alternativa de apoio aos países em desenvolvimento.

A região Ásia-Pacífico é priorizada pelo Japão em termos de fluxos de recursos financeiros. Isso se deve, principalmente, a fatores culturais, sócio-econômicos, históricos e geopolíticos.

O crescimento econômico da região Ásia-Pacífico, especialmente o leste do Pacífico (incluindo o Japão) tem colocado essas economias regionais em evidência no cenário econômico internacional. Principalmente os NIE'S ("Newly Industrializing Economies " - Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e Hong Kong) com suas altas taxas de crescimento e a China com a sua política de abertura comercial.

As principais causas do crescimento econômico dos países do Pacífico são a formação bruta de capital fixo e o grande volume das exportações de seus produtos, que geram significativos superávits comerciais.

Para promover o progresso econômico dessa região foi necessário o desenvolvimento de uma divisão regional do trabalho, que possibilitou um avanço do horizonte de diversificação industrial dos países.

O Japão exerce um papel fundamental na região Ásia-Pacífico. O ajuste da economia japonesa começou na década de 60 e efetivou-se antes mesmo da primeira crise do petróleo. A partir de então, o Japão atingiu um grau de maturidade e desenvolvimento que permitiu a expansão de sua " fronteiras " de internacionalização na região asiática. (1)

O Japão lidera a cooperação internacional na região através de uma política externa assistencial que dá suporte às demandas domésticas, decide ajustes nas estruturas industriais e serve de modelo de Estado Desenvolvimentista.

A estrutura econômica regional é caracterizada por um processo de globalização onde ocorre um contínuo aumento das exportações e dos investimentos.

(1) in: **SCHWARTZ**, Gilson. Japão de Olhos Abertos. São Paulo. 1990, p.130-131.

O investimento direto e a ajuda financeira do Japão na região Ásia-Pacífico foram direcionados para as indústrias exportadoras. Em função disso, os NIE'S receberam investimentos japoneses e aumentaram sua capacidade de exportar produtos intensivos em trabalho, de boa qualidade e baixo preço (alta produtividade), elevando assim, sua competitividade do mercado internacional.

Um outro elemento que possibilitou o crescimento das economias asiáticas foi a reestruturação industrial e a cooperação tecnológica. O Japão fornece a base tecnológica para essas economias e tem também participado no campo de recursos humanos recebendo e enviando especialistas para atuar em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P & D).

Além disso, há na região Ásia-Pacífico, o chamado "Triângulo de Transferência Tecnológica", que se estabelece entre os E.U.A., o Japão e os NIE'S . (2)

Os fluxos privados das empresas estrangeiras têm contribuído para o rápido crescimento dos NIE'S fornecendo financiamentos, tecnologia e uma rede de comércio internacional. Os manufaturados das indústrias de Singapura e Hong Kong são exemplos de produtos de alto valor adicionado que têm uma grande inserção no mercado internacional.

(2) in: **SHINOHARA**, Miyohei & Lo, Fu -chen. Global Adjustment and the Future of Asian-Pacific Economy. Tokyo, APDC/IDE, 1989, p.334.

As multinacionais japonesas instaladas na região têm desempenhado um importante papel pois, além do número de filiais de indústrias de bens de consumo voltadas para a exportação aumentarem (como no caso de Taiwan e Coreia do Sul), aumentou também o volume de capital investido através de empréstimos ou concessões.

Com relação ao comércio externo, ao longo das duas últimas décadas, os países asiáticos aumentaram a dependência das suas exportações em relação ao mercado externo. A contribuição dos E.U.A. na taxa de crescimento das economias da região Ásia-Pacífico em termos reais aumentou mais da metade.(3)

A balança comercial dos países asiáticos e dos E.U.A. tem sido mais favorável aos asiáticos, criando um conflito comercial com os E.U.A. Isso se deve não apenas à instabilidade cambial dos anos oitenta, mas, principalmente, à competitividade em termos qualitativos dos produtos asiáticos.

(3) idem, p.504.

O Japão tem desenvolvido políticas comerciais na região que visam a abertura comercial nos mercados asiáticos, derrubando barreiras e protecionismos, permitindo uma maior diversificação dos mercados domésticos. Os esforços do Japão para aumentar as demandas domésticas, como no caso dos NIE'S e da China, têm ajudado as exportações dos países asiáticos a crescerem substancialmente. O Japão importa cerca de 66% de bens manufaturados dos NIE'S asiáticos e 40% da China, indicando um notável sucesso na divisão regional do trabalho.

As relações comerciais à nível regional são caracterizadas basicamente por um processo de especialização industrial entre os países, estabelecendo uma complementariedade entre os mercados, a partir da troca de bens, tecnologia, capitais, recursos humanos, etc.

Dois elementos são fundamentais para se analisar as tendências quanto ao futuro da cooperação econômica da região. O primeiro é a expansão da cooperação de capitais (empréstimos e concessões) que é essencial para dar continuidade aos programas de investimento direto. O segundo é a capacidade da região criar vantagens competitivas aperfeiçoando-se tecnologicamente e ampliando mercados para os seus produtos.

Vimos que o avanço da economia japonesa e sua política de cooperação voltada para região Ásia-Pacífico, possibilitou aos países da região (exceto os do sudoeste como Índia e Bangladesh) alcançar um maior dinamismo econômico.

Entretanto, em outras regiões do mundo a situação não se assemelha à região Ásia-Pacífico. Para a maioria dos países em desenvolvimento, a década de 80 foi considerada a "década perdida", na qual estes países não tiveram crescimento em suas economias.

Os países em desenvolvimento têm demonstrado, cada vez mais, um empobrecimento e uma necessidade de assistência financeira crescentes.

Diante deste contexto, a razão básica para o Japão apoiar financeiramente os países em desenvolvimento é a questão humanitária, que diz respeito, principalmente, à problemas como a fome e a miséria.

Uma breve observação nos números, vemos que aproximadamente 4 bilhões de pessoas (3/4 do total da população mundial - 5,3 bilhões de pessoas) vivem nos países em desenvolvimento.

Comparando-se o produto nacional bruto e a população dos países em desenvolvimento com o Japão, observamos grandes disparidades.

Temos que: cerca de 3 trilhões de dólares (1988) está para 5,3 bilhões de pessoas nos países em desenvolvimento e 2,87 trilhões de dólares (1988) está para 120 bilhões de pessoas no Japão. Ou seja, há uma enorme desigualdade na distribuição da riqueza entre os países desenvolvidos (ricos) e os países em desenvolvimento (pobres).

De acordo com o Banco Mundial, no World Bank's 1990 World Development Report, o número de pessoas nos países em desenvolvimento que estão classificadas como pessoas que vivem em estado de pobreza absoluta chega a 1,1 bilhão (cuja renda per capita é de 370 dólares ou menos por ano).

Além disso, milhões de pessoas nos países em desenvolvimento não tem saneamento básico, alfabetização, moradia, fato que os leva ter baixa expectativa de vida.

As crianças destes países (cerca de 150 milhões) sofrem de má nutrição e morrem antes de completar um ano de vida (a taxa de mortalidade infantil nos países em desenvolvimento é cerca de 200 em 1000 crianças nascidas). No Japão a taxa de mortalidade infantil é de 8 em 1000 crianças nascidas.

O Japão é hoje a nação que tem 14 % do produto nacional mundial, é o segundo país mais rico do mundo e é também aquele que possui o maior nível de renda per capita dos países desenvolvidos.

Portanto, temos dois aspectos em relação ao papel da política de cooperação japonesa nos países em desenvolvimento.

O primeiro é a contribuição financeira para estes países através de fluxos de recursos oficiais e privados a fim de atenuar as disparidades sócio-econômicas.

O segundo é o apoio tecnológico que vise alavancar o desenvolvimento econômico nestes países.

II. DESENVOLVIMENTO

II.1. Histórico

O Japão tem aumentado sistematicamente sua ajuda externa oficial através da Official Development Assistance (ODA), visando metas de médio e longo prazos para atender às necessidades dos setores privados e governamentais dos países em desenvolvimento.

A ODA é uma rubrica orçamentária adotada pelo DAC (Development Assistance Committee) da OECD (Organization for Economic Cooperation and Development) caracterizada por três aspectos.

O primeiro aspecto diz respeito aos fluxos de recursos. Os fluxos de recursos provém de agências oficiais ou agências executivas privadas e tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

O segundo aspecto é o caráter concessional destes fluxos. Nos países em desenvolvimento cerca de 25 % destes recursos são de caráter concessional. (1)

As concessões incluem: assistência financeira, tecnológica, subscrição de capitais, contribuições de agências das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais e empréstimos governamentais.

(1) Japan's ODA, Annual Report. Tokyo, 1990, p. 2

O terceiro aspecto é a contribuição da ODA. A ODA é reconhecida internacionalmente como ajuda financeira *latu sensu*. A ODA internacional tem como meta que a taxa ODA/PNB dos países chegue em torno de 0.7 % . (2)

Existem também, as seguintes agências multilaterais de financiamento : o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Asian Development Bank.

Além das instituições anteriores, existe um volume de recursos transferidos para os países asiáticos - através da International Development Association (IDA). (3)

As políticas de financiamento externo do Japão diferem de país para país.

A assistência oficial japonesa aos países em desenvolvimento começou oficialmente em Dezembro de 1954, dois anos após o Japão tornar-se membro da comunidade internacional com o Tratado de Paz de São Francisco.

(2) *Idem.*, *Ibidem*, p. 2

(3) In: **SHINOHARA**, Myohei & **LO**, Fu-chen. *Global Adjustment and the Future of Asian-Pacific Economy*. Tokyo, APDC/IDE, 1989, p.551.

Na segunda metade da década de 50, as reparações de guerra foram predominantes em termos de assistência oficial Japonesa. Entre os países receptores estavam: Burma, Filipinas e Indonésia. A ajuda financeira recebida por estes países totalizavam um montante da ordem de um bilhão de dólares. (4)

Além disso, os fluxos privados começaram também na década de 50 quando o Export-Import Bank of Japan foi estabelecido. O Exim Bank favoreceu a expansão do crédito para o setor exportador, aumentando com isso as exportações e os investimentos, principalmente na Ásia e na América Latina.

Em 1967, o Japão ocupava o quinto lugar entre os membros do DAC da OCDE em termos de recursos oferecidos para a assistência econômica aos países em desenvolvimento. Em 1968, subiu para quarto lugar (atrás dos E.U.A. , Alemanha Ocidental e França). Em 1970 subiu para terceiro lugar e em 1971 para segundo lugar, sua participação no total do DAC subiu de 7.0 % (1967) para 11.8 % (1971) . (5)

(4) In: Development Economies. Volume XI, no 4, 1973, p. 486.

(5) Idem., Ibidem, p.487.

A primeira grande concessão de financiamento da ODA a médio-prazo foi em 1978. Desde então, o planejamento tem previsto aumento de créditos. O volume de empréstimos concedidos quadruplicou em 10 anos: 1,42 bilhões de dólares em 1977 para 5,634 bilhões de dólares em 1986. (6)

O orçamento da ODA para a década de 90 pretende exceder o volume de créditos concedidos pelos E.U.A. , aproximadamente a metade deste volume - 5 bilhões de dólares - será concedido aos países asiáticos.

Em 1989 a ODA japonesa atingiu o montante de 8,965 bilhões de dólares de assistência financeira concedida. Com isso, o Japão tornou-se o maior credor internacional.

Em 1990, a ODA atingiu o montante de 9,222 bilhões de dólares. O Japão neste ano, ocupou o segundo lugar entre os países membros do DAC da OECD.

(6) In: **SHINOHARA**, Myohei & **LO**, Fu-chen. Global Adjustment and the Future of Asian-Pacific Economy. Tokyo, APDC/IDE, 1989, p.540.

II.2. A Official Development Assistance do Japão (ODA)

As características da assistência financeira do Japão refletem sua história, sua experiência em termos de ajuda financeira a outros países e sua posição política no cenário internacional.

II.2.1. A Filosofia da ODA

O conceito de ajuda externa é visto pelo Japão de uma forma filosófica.

Os princípios básicos desta filosofia são: as considerações humanitárias e o reconhecimento de uma interdependência entre as economias nacionais.

Entretanto, não são apenas estes dois princípios que determinam a política de assistência externa e a liberação de recursos.

Alguns críticos argumentam que como o Japão é uma nação que tem uma boa saúde econômica, teria a responsabilidade de ajudar países menos desenvolvidos. Outros argumentam que o Japão alcançou a prosperidade devido ao apoio que recebeu da comunidade econômica internacional e, por isso, deveria ter ter uma parcela de retribuição à mesma .

Obviamente, as opiniões variam, mas, a posição do Japão - como um dos maiores credores internacionais e a nação com o maior superávit comercial do mundo - é de interdependência econômica. Daí a necessidade de uma política de cooperação com outros países.

A política assistencial japonesa oferece suporte aos países em desenvolvimento selecionando objetivos de ajuda a partir das necessidades dos países receptores.

O Japão procura evitar interferências nas políticas econômica e social dos países receptores de sua ajuda, seguindo a Carta das Nações Unidas.

Entretanto, cerca de 15,6 % dos empréstimos da ODA exigem algumas condicionalidades, entre elas, acordos das economias deficitárias com o FMI e o Banco Mundial. (7)

(7) Japan's ODA, Annual Report, Tokyo, 1990, p. 7

II.2.2. Características da Assistência Financeira

Através da assistência financeira, o Japão procura responder às expectativas internacionais quanto ao fluxo de recursos para os países em desenvolvimento.

Prioritariamente, as áreas que tem uma maior assistência do Japão em termos de contribuições, são aquelas direcionadas para melhoria das condições sociais, incluindo a diminuição da pobreza e, em particular, melhoria na condições de vida na infância.

Nos países em desenvolvimento, o Japão dá suporte financeiro visando melhorias na infraestrutura econômica e social.

A assistência financeira exerce esforços também para a resolução de problema globais como: questões ambientais, alto crescimento populacional e tráfico de drogas.

Esta assistência é limitada. Os países que que comercializam (importam ou exportam) e/ou desenvolvem (ou produzem) armas de destruição em massa, praticamente não recebem assistência financeira.

Os países de regime ditatorial e que não tem como princípios políticos básicos a democracia, a liberdade e os direitos humanos, não tem acesso aos fluxos de recursos oficiais do Japão. Além destes fatores, os países que não praticam a economia de mercado também não recebem os fluxos oficiais.

II.2.3. Os tipos de assistência financeira da ODA

Os tipos de assistência financeira prestada pelo Japão são: ajuda concedida, apoio tecnológico e empréstimos.

II.2.3.1. Ajuda Concedida

A ajuda concedida inclui uma provisão de fundos para os países em desenvolvimento sem a impôr uma obrigação de devolução (sem a contrapartida do país doador, no caso, o Japão).

Ela representa uma resposta de caráter humanitário e flexível diante das diferentes necessidades dos países em desenvolvimento .

A principal meta da ajuda concedida é atender ao máximo as necessidades humanas básicas (basic human needs) .

Os principais tipos de ajuda concedida são: ajuda para o desenvolvimento econômico e ajuda para aumento de oferta de alimentos.

A ajuda concedida para o desenvolvimento econômico são: ajudas generalizadas, ajuda para a indústria pesqueira, ajuda para desastres (emergencial) e ajuda para atividades culturais.

A ajuda para o aumento da oferta de alimentos opera a partir da concessão de alimentos *lato sensu* e ajuda para o aumento da produção de alimentos (agricultura).

Os países de mais baixa renda, ou seja, aqueles menos desenvolvidos entre os países em desenvolvimento são os maiores receptores deste tipo de assistência pela ODA japonesa.

II.2.3.2. Apoio Tecnológico

A assistência do Japão através do apoio tecnológico é fundamental porque atende à diferentes estruturas econômicas e sociais, diferentes estágios de desenvolvimento e diferentes características entre os países receptores.

Neste aspecto, o apoio tecnológico japonês é capaz de alcançar variadas necessidades em diferentes níveis.

As necessidades de apoio tecnológico dividem-se em duas categorias: "hardware" e "software".

A categoria "hardware" inclui melhorias na infraestrutura econômica e social dos países através do desenvolvimento de projetos de engenharia de ponta, geralmente, não existente no país receptor.

A categoria "software" inclui o desenvolvimento de recursos humanos necessários para a difusão de novas tecnologias.

Ambas as categorias interagem e juntas contribuem para o avanço econômico dos países em desenvolvimento.

As áreas mais atendidas por este tipo de assistência são: as ligadas às necessidades humanas básicas (saúde pública e serviços médicos), ciência da computação e tecnologias avançadas (biotecnologia, química fina, etc.).

O apoio tecnológico é implementado através de comitês inter-governamentais coordenados pela JICA (Japan International Cooperatin Agency).

O apoio tecnológico é operacionalizado de várias formas: através de projetos, aceitação de trainees, aperfeiçoamento de experts e desenvolvimento de máquinas e equipamentos.

II.2.3.3. Empréstimos

Os empréstimos da ODA são fundamentais para os países em desenvolvimento devido às crescentes necessidades de financiamento destes países.

Os empréstimos para os países em desenvolvimento provém de fundos oficiais e são caracterizados por uma alta proporção bilateral, ou seja, do Japão aos países receptores.

A provisão de empréstimos para países em desenvolvimento, entretanto, é feita de forma criteriosa porque alguns países têm uma limitada capacidade de pagamento.

As características básicas dos empréstimos são: baixas taxas de juros e longo período de financiamento.

Os empréstimos atendem, basicamente, à projetos de infraestrutura econômica e social que são fundamentais para alavancar o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Os termos dos empréstimos são caracterizados de acordo com a situação econômica dos países receptores e de sua capacidade de arcar com os serviços da dívida.

Os maiores receptores de empréstimos são os países da região Ásia-Pacífico pois possuem maior capacidade de pagamento devido ao estágio de desenvolvimento em que se encontram.

Entretanto, os empréstimos são concedidos também aos países menos desenvolvidos entre os países em desenvolvimento, ou seja, aqueles que têm a menor renda per capita do mundo.

II.2.3.4. A assistência financeira através de organizações multilaterais

O montante da assistência financeira japonesa concedida para as organizações multilaterais aumentou consideravelmente durante a década de 80.

Estas organizações podem ser divididas em dois tipos: as instituições financeiras internacionais que provém empréstimos ou crédito para propostas de desenvolvimento e agências das Nações Unidas que estão envolvidas principalmente em problemas econômicos, sociais e humanitários.

A ajuda concedida (" grants ") para organizações multilaterais vem diminuindo, enquanto que as contribuições para instituições financeiras internacionais tem aumentado.

O Japão reconhece a importância das Nações Unidas enquanto pilar de sua política externa. Em 1988, as contribuições globais (excluindo a participação de instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial) do Japão ocuparam o segundo lugar em termos de doações para as Nações Unidas, depois dos E.U.A. (o maior doador).

A ODA japonesa para organizações multilaterais é caracterizada por:

(1) ter um conhecimento mais específico sobre organizações mundiais e desenvolver redes geográficas globais de ajuda;

(2) ter habilidade para desenvolver uma política assistencial politicamente neutra.

Os principais critérios da ODA para organizações multilaterais são:

a) conceder ajuda à áreas que não tem assistência bilateral apropriada, onde a capacidade de apoio governamental encontra-se limitada, como:

- nas questões do meio ambiente global, tráfico de drogas, etc.

- nas questões de ajuda aos refugiados de guerras, tais como: palestinos, vietnamitas, cambodianos, libaneses, etc.

b) conceder a ajuda multilateral assegurando aos países receptores a possibilidade de adotar políticas econômicas que dependam dos fluxos de recursos (empréstimos e/ou créditos seletivos) das instituições financeiras internacionais oferecem a assistência.

II.3. A PERFORMANCE DA ODA/JAPÃO NOS ANOS 80

II.3.1. Uma visão geral

Durante a década de 80, a resolução das questões económicas mundiais exigiu eficientes políticas de cooperação envolvendo tanto os países industrializados como dos países em desenvolvimento.

Observando a tabela II.3.1, verificamos que os fluxos da ODA aumentaram progressivamente.

A ajuda externa do Japão - dada pela relação ODA (rubrica orçamentária) e GNP (Gross National Product ou Produto Nacional Bruto) aproximou-se da taxa ODA/GNP média praticada por outros países do DAC da OCDE (Development Assistance Committee - da Organização para Cooperação Económica e Desenvolvimento).

Apesar dos aumentos dos fluxos, a ODA japonesa demonstrou estar ainda muito abaixo da meta da ODA internacional - onde esperase que a taxa ODA/GNP dos países alcance 0.7% . (1)

Além de serem direccionados aos países em desenvolvimento com crises de financiamento, os recursos da ODA foram aplicados para dar respostas a diversos problemas mundiais .

(1) Japan's ODA, Annual Report, 1991.

Entre os problemas prioritários estavam: as questões ambientais (principalmente proteção de florestas tropicais, destruição de camada de ozônio, a poluição e a geração de fontes alternativas de energia), o combate ao narcotráfico (redução da produção e consumo), o crescimento populacional (programas de planejamento familiar) e questões sociais como as altas taxas de mortalidade infantil, a pobreza e a fome.

II.3.2. A ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA ODA POR PAÍSES

Na década de 80, os países que mais se destacaram em termos de ODA foram os Estados Unidos, o Japão, França e Alemanha. (Ver gráfico II.3.2)

Há diferentes pontos de vista entre os países membros do DAC e o Japão em relação à política assistencial. Os E.U.A., por exemplo, adotam a democracia e a liberdade como valores determinantes de sua política assistencial. Há também contrastes entre o Japão e a França. A França enfatiza a promoção de sua língua e sua cultura através de sua ajuda financeira internacional.

A ODA japonesa estabelece uma base inter-governamental na comunidade econômica internacional.

A assistência japonesa tem o importante papel de promover a cooperação econômica, estabelecendo relações bilaterais entre o Japão e os países receptores da ajuda. A ajuda financeira é um importante componente da política externa japonesa, por isso, ela é influenciada pelo cenário internacional.

A ODA do Japão em 1989 totalizou 8,965 bilhões de dólares (despesas líquidas) para a assistência financeira aos países em desenvolvimento, diminuindo seu percentual em 4,9 % em relação ao ano de 1988.

A ODA dos E.U.A., por sua vez, também diminuiu sua assistência no montante de 10,141 bilhões de dólares (1988) para 7,664 bilhões de dólares (1989).

Com isso, pela primeira vez, em 1989, o Japão tornou-se o maior credor mundial da ODA entre os países membros do DAC.

Apesar disso, houve uma diminuição da ODA em 169 milhões de dólares de 1988 para 1989. A principal razão para o declínio do valor em dólar da ODA japonesa foi a desvalorização do yen em 1989 (desde 1985 a taxa de câmbio do Japão estava valorizada).

Segundo o relatório da OCDE, em 1990, o Japão teve um aumento de recursos para a ajuda externa em relação a 1989 (cerca de 104 milhões de dólares).

Os EUA e a França, por sua vez, ultrapassaram o Japão com fluxos de recursos na ordem de 11,394 e 9,38 milhões de dólares, respectivamente. (Ver tabela II-3.2)

Entretanto, se incluirmos a ajuda prestada ao Leste Europeu (cerca de 153 milhões de dólares), o Japão ocuparia o segundo lugar em contribuições.

Em 1991, com um montante da ordem de 11 bilhões de dólares, o Japão tornou-se, novamente, o número um do ranking da ODA, seguido pelos E.U.A. e França (2).

Isso significa que há uma relativa instabilidade da posição do Japão como credor internacional, consequência dos ajustes macroeconômicos que o país vem sofrendo nos últimos dois anos.

II.3.2 A ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA ODA POR REGIÃO GEOGRÁFICA

Não houve mudanças significativas na alocação bilateral da assistência japonesa durante a década de 80.

A região asiática vem declinando sua participação mas ainda é a região prioritária para a assistência japonesa (Ver tabela II-3.3.1)

Em 1988, o modelo de distribuição da ajuda financeira foi caracterizado por um salto de participação da África. A África recebeu cerca de 15,3 % da ODA japonesa bilateral, apesar de ter diminuído em 1990.

O recente crescimento da participação da África é atribuído a um aumento das concessões aos países africanos, que vêm tentando superar seus problemas econômicos e sociais através de uma reestruturação institucional e política.

O Oriente Médio manteve estável sua participação na ODA do Japão em torno de 10%, declinando para 5,4% em 1989. Em 1990, houve um aumento de recursos devido às necessidades geradas pela Crise do Golfo.

Outra região que merece destaque é o Leste Europeu, que vem sofrendo profundas modificações políticas.

Em 1990, o Leste Europeu recebeu um montante de 153 milhões de dólares da ODA Bilateral do Japão. O processo de redemocratização e a abertura dos mercados começou a atrair capitais, concessões, novas tecnologias e empréstimos para a infraestrutura e meio ambiente.

O montante de ajuda para a América Latina manteve-se estável. De 6,2 % (1988) passou para 6,3 % (1989), revertendo a tendência de diminuição dos fluxos que começou em 1983.

A prioridade da assistência japonesa, no entanto, está na região Ásia-Pacífico onde a distribuição da ODA bilateral está em torno de 40 %.

A ênfase na região Ásia-Pacífico reflete fatores históricos, geográficos, econômicos e geopolíticos entre os países da região e o Japão, demonstrando que a interdependência entre o Japão e os outros países da Ásia é grande.

A ênfase na Ásia é também atribuída para se tentar o fortalecimento de alguns países populosos e de baixa renda que procuram alcançar um desenvolvimento econômico.

Na Ásia há uma forte demanda por fundos, principalmente sob a forma de empréstimos para os países de renda média, como os membros do ASEAN (Tailândia, Indonésia, Filipinas e Malásia). A distribuição e o tipo de assistência japonesa para os membros do ASEAN visa, no futuro, um processo de catch up como ocorreu com os NIC's.

No período entre 1985 a 1990, os países asiáticos estavam entre os maiores receptores da ODA bilateral. Entre os mais favorecidos estavam: Indonésia, China, Filipinas e Tailândia. (Ver tabela II.3.3.2)

Entre os maiores receptores de ajuda bilateral da ODA na Ásia, verificamos algumas características.

A maior participação das concessões (131,66 bilhões) está em Bangladesh, através da ajuda humanitária (alimentos, remédios, etc) e projetos de infraestrutura.

A maior participação das transferências tecnológicas encontra-se na China, que vem tornando um dos principais parceiros econômicos do Japão.

A Indonésia lidera a participação de empréstimos voltados à pesquisa e infra-estrutura. (Ver tabela II.3.3.3)

II.3.4. A ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA ODA POR SETOR DE ATIVIDADE

Diante das diferentes necessidades no processo de crescimento econômico dos países em desenvolvimento, o Japão tem destinado seus recursos a diferentes setores econômicos.

As áreas que têm maior apoio da assistência japonesa são: o desenvolvimento de uma infraestrutura econômica (a construção de estradas, portos, estações de energia, aeroportos, estabelecimento de redes de telecomunicações), o desenvolvimento de uma base agrícola e o desenvolvimento de uma indústria pesqueira e infraestrutura social (saúde, educação, programas populacionais, etc.).

Durante o ano de 1989, o setor que teve a maior participação de recursos da ODA foi o setor de infraestrutura econômica e serviços com 31,7 %. (Ver tabela II.3.3.4)

O Japão foi na década de 80 também um grande fornecedor de recursos na categoria em BHN (necessidades humanas básicas). Este setor compreende áreas como: alimentação, serviços médicos, saúde pública, higiene, educação , agricultura e desenvolvimento rural. Estas áreas contribuem diretamente para o bem-estar das populações dos países em desenvolvimento, principalmente os mais pobres.

Outra grande proporção da ajuda externa foi na área de infraestrutura social principalmente a educação (incluindo a assistência tecnológica , treinamento de recursos humanos, etc.)

O Japão tem progressivamente expandido os setores de ajuda em resposta à diversificação das necessidades dos países em desenvolvimento

A alocação de recursos da ODA do Japão obedece também ao critério do grupo de renda.

Os países LLDC são os chamados - "Least among Less Developed Countries" - são os mais pobres entre os países em desenvolvimento, tendo uma renda per capita menor que 400 dólares.

Os países LICs são os chamados - "Low Income Countries" - são os países de baixa renda, tendo na renda per capita menor que 700 dólares.

Os países LMICs são os chamados - "Low Middle Income Countries" - são os países de baixa renda média, tendo na renda per capita entre 700 e 1400 dólares.

Os países UMICs são os chamados - "Upper Middle Income Countries" - são os países de alta renda média, tendo uma renda per capita maior que 1400 dólares. (3)

Os NIEs são os Newly Industrializing Economies - Korea, Singapura, Taiwan , Hong Kong, Argentina, México, Brasil, Portugal e Grécia.

Os países da OPEC são os países produtores de petróleo.

Observando a tabela II.3.3.4.1, verificamos que a ODA Bilateral do Japão concentrou a maioria de seus recursos ao longo da década de 80, em países de baixa renda (cerca de 50%).

Os países da OPEC foram os que menos recursos receberam.

II.3.5 A ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA ODA PARA QUESTÕES AMBIENTAIS

A assistência externa japonesa nos últimos anos tem demonstrado uma grande preocupação com a conservação ambiental. Por isso, tem desenvolvido políticas de cooperação que envolvem fluxos financeiros, assistência tecnológica e recursos humanos voltados à solução de problemas ambientais mundiais.

Sob a ótica da ODA do Japão, as questões ambientais exigem recursos e esforços constantes de atuação por dois motivos. O primeiro é que os resultados desta atuação são de longo prazo. O segundo é que os custos de preservação ambiental envolvem altos volumes de recursos.

II.3.5.1 A NOVA POLÍTICA AMBIENTAL DA ODA E A FILOSOFIA DO JAPÃO PARA A AJUDA EXTERNA AMBIENTAL

O debate ambientalista passou por diferentes pontos de vista.

Nos anos 70, a preservação ambiental e o desenvolvimento eram vistos como questões mutuamente exclusivas.

Na década de 80, essa visão mudou. Outras perspectivas foram colocadas e a questão ambiental deixou de ser discutida apenas sob o âmbito da preservação da vida e passou a ser vista como uma questão econômica.

Essa nova filosofia defende que a excessiva exploração de recursos naturais em busca do desenvolvimento causa danos não apenas ambientais, mas também à base do crescimento econômico devido aos altos custos de reestruturação dos ecossistemas. Além disso, essa nova filosofia sustenta que a chave do crescimento econômico sustentado é o desenvolvimento sem causar danos ao meio ambiente .

Há dois aspectos colocados pela ODA em relação à ajuda externa e o meio ambiente.

O primeiro propõe que a ODA deve ser utilizada para resolver problemas ambientais dos países em desenvolvimento, a partir de uma política ambiental específica para estes países.

O segundo propõe que para implementar a ODA voltada à preservação ambiental devem ser desenvolvidos estudos prioritários que assegurem a provisão da ODA quanto ao volume de recursos e não apenas propostas voltadas ao controle da poluição ou destruição ambiental.

O desenvolvimento econômico e o processo de industrialização dos países do primeiro mundo foram acompanhados de sérios problemas de poluição e degradação ambiental. O futuro do desenvolvimento econômico dependerá da minimização dos impactos ambientais causados pelo crescimento econômico. Em relação aos países em desenvolvimento é essencial a diminuição dos problemas advindos da miséria e da fome para diminuir os problemas ambientais.

O ODA do Japão considera fundamental a harmonia entre desenvolvimento e preservação ambiental para que o crescimento econômico ocorra de forma sustentada, sem os altos custos de reestruturação do meio físico.

II.3.5.2a PROPOSTA DA NOVA POLÍTICA AMBIENTAL DA ODA

A discussão central da nova política ambiental da ODA é o suporte financeiro aos países em desenvolvimento para a preservação ambiental como parte da resolução de problemas ambientais globais.

Neste contexto, o Japão anunciou a "Environmental Aid Policy" . (i)

Através da cooperação econômica, o Japão especificou contribuições para a preservação ambiental que foram caracterizadas em três itens:

(a) expandir e o fortalecer a ajuda externa bilateral e multilateral com um montante de aproximadamente 300 bilhões de ienes para os próximos três anos (do ano fiscal de 1989 a 1991);

(b) dar ênfase à pesquisa básica principalmente na preservação das florestas, além de dar capacitação aos países em desenvolvimento para enfrentar seus próprios problemas ambientais;

(c) dar maior rigor quanto à implementação da ajuda.

(i) Política de Ajuda Externa ao Meio Ambiente

Essa nova política de ajuda externa do Japão foi anunciada na conferência **London Summit** em Julho de 1992. (2)

Com relação aos fluxos de assistência, foram levantados quatro aspectos essenciais:

(a) os problemas globais de meio ambiente devem ser tratados a partir da cooperação e colaboração entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento;

(b1) os países em desenvolvimento devem ter suporte financeiro para eles próprios resolvam seus problemas ambientais;

(b2) o Japão irá contribuir também com tecnologia e know-how através de suas agências de cooperação econômica: JICA (3) e a OECF (4);

(c) a intensificação do diálogo entre o Japão e os países em desenvolvimento em relação aos projetos de preservação ambiental é fundamental por que os problemas ambientais destes países são diversificados e refletem o estágio de desenvolvimento em que se encontram;

(d) dar continuidade aos fluxos e às propostas de cooperação assumidas com os países, principalmente relação aos problemas estruturais como a pobreza e o crescimento populacional.

(2) in: Japan's ODA, Annual Report, 1991.

(3) JICA - The Japan International Cooperation Agency

(4) OECF - The Overseas Economic Cooperation Fund

Diante destes aspectos esta nova política de ajuda externa estabeleceu as seguintes prioridades:

1. As áreas fundamentais para a cooperação são:

- conservação de florestas e reforestamento
- economia de energia e desenvolvimento de tecnologias energéticas limpas (não poluentes)
- controle da poluição mundial
- conservação das espécies
- conservação do solo
- aumentar a capacitação dos países em desenvolvimento para enfrentar seus problemas ambientais

2. Promover esforços para aumentar a cooperação entre as organizações internacionais financeiras voltadas para o desenvolvimento mundial;

3. Promover a cooperação aumentando os subsídios para as **NGOs** (4) e estender a assistência através de concessões a projetos de pequena escala.

(4) NGO - Non Governmental Organization

II.4. OS FLUXOS DE RECURSOS AOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

II.4.1. As estratégias de Ajuda Externa do Japão segundo o estágio de desenvolvimento dos países

Na década de 80, a resolução dos problemas econômicos mundiais exigiu políticas de cooperação envolvendo tanto os países industrializados como dos países em desenvolvimento.

Além das dificuldades de financiamento dos países em desenvolvimento, durante toda a década passada, os recursos da ODA atenderam a diferentes problemas mundiais que exigiram significativos fluxos entre eles, podemos citar: a questão ambiental (principalmente, proteção de florestas tropicais, destruição da camada de ozônio, poluição), o combate às drogas (redução da produção e demanda) e questão populacional (programas de planejamento familiar).

O Japão tem adotado estratégias de desenvolvimento e cooperação econômica distintas entre os países, de acordo com seu estágio de desenvolvimento.

China, Indonésia, sul da Ásia e a maioria dos países da África estão no estágio de desenvolvimento que ainda não alcançaram o dinamismo econômico.

A estratégia de cooperação econômica japonesa para estes países é atender à BHN (basic human needs), seguindo a seguinte linha:

(1) assistência de curto prazo como ajuda de # alimentação, médica e necessidades de urgência;

(2) assistência de médio prazo: oferta de equipamentos para a produção e matérias-primas;

(3) assistência de longo prazo: ajuda para promover uma infraestrutura básica para atrair os fluxos de investimento direto.

Os maioria dos países asiáticos encontram-se em estágio inicial de desenvolvimento, e têm mostrado um crescimento significativo de sua produção industrial .

Estes países são capazes de responder às demandas externas como, por exemplo, a liberação comercial e/ou atrair os fluxos de investimento direto dos países desenvolvidos.

A infraestrutura destes países é capaz de dar suporte à capacidade produtiva de empresas transnacionais.

A estratégia de cooperação neste caso adotada pelo Japão é a criação de um mecanismo paralelo que pode dar impulso às exportações de bens intensivos em trabalho, ao mesmo tempo que se desenvolve um processo de substituição de importações de bens intensivos em capital.

Os NIE's (Newly Industrializing Countries - Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura) e alguns países da América Latina estão em estágio acelerado de desenvolvimento .

Para estes países é necessário promover melhorias em seus processos produtivos, adotando medidas que permitam melhorar sua estrutura industrial.

Além da melhoria da estrutura industrial, o aumento da capacidade de atrair dos fluxos de investimento direto e a transferência tecnológica são os elementos fundamentais para estes países terem um crescimento sustentado.

O mecanismo de crescimento econômico destes países neste estágio está em evidência no cenário econômico internacional e a cooperação econômica japonesa se estende a partir da abertura comercial destes países e das mudanças na divisão internacional do mercado de suas indústrias.

II.4.2. O Fluxo de Recursos

Os fluxos de recursos para os países em desenvolvimento consistem em: assistência oficial (ODA), OOF (outros fluxos oficiais, incluindo empréstimos do Exim Bank do Japão) , PF (fluxos privados, incluindo fluxos de investimento direto) e concessões de agências privadas voluntárias.

Os fluxos da ODA vem evoluindo progressivamente (conforme desenvolvido no capítulo " A Performance da ODA nos anos 80 ") e assumindo um papel fundamental enquanto fonte de recursos externos para os países em desenvolvimento.

Outros fluxos oficiais (OOF) - compostos por: créditos para exportação (EXIM BANK) , investimentos diretos e financiamento a instituições multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Asian Development Bank) - tiveram mudanças significativas.

Estes fluxos mostraram uma retração de 640 milhões de dólares em 1988, passaram para um fluxo positivo de 1,5 bilhões de dólares em 1989 e 3,470 bilhões em 1990. Esse movimento mostrou uma variação positiva de 124 % (de 1989 para 1990), um salto puxado pelos investimentos diretos do governo japonês.

(Ver tabela II.4.2.1)

Os fundos privados (PF) por sua vez, demonstraram um declínio acentuado principalmente nos investimentos diretos e nos créditos para a exportação, apesar do aumento da participação do financiamento de instituições multilaterais privadas.

O total dos fluxos de recursos oficiais e privados para os países em desenvolvimento alcançou 19,05 bilhões de dólares (1990) e ficou em torno de 20 bilhões de dólares nos últimos dois anos. Este fluxo caracterizou-se por uma participação expressiva da ODA (9,222 bilhões de dólares), seguido pelos fundos privados (6,262 bilhões de dólares).

II.4.3. O Capital Recycling Program

Em 1987, o Japão lançou o Capital Recycling Program. Este programa de assistência japonesa foi a maior fonte de recursos externos para países em desenvolvimento.

Este pacote de recursos financeiros visava reciclar capitais da ordem de 30 bilhões de dólares. Este montante era comparável ao superávit da conta corrente da Alemanha Ocidental ou à soma do PNB das Filipinas e da Malásia.

Estes recursos foram divididos em duas partes.

A primeira - 10 bilhões de dólares - foi repassada aos países em desenvolvimento no final do ano de 1987 através de instituições multilaterais. A segunda parcela - 20 bilhões de dólares - foi dividida em cinco canais diferentes para atender os países em desenvolvimento e com endividamento externo.

Isto foi feito da seguinte forma:

- (1) contribuições adicionais aos governos para o desenvolvimento de organizações financeiras e internacionais;
- (2) para o pacote de empréstimos do Exim Bank;
- (3) para a OECF'S (Overseas Economic Cooperation Found) para a realização de empréstimos concessionais em yene;
- (4) para o Exim Bank e bancos comerciais abrindo linhas de cofinanciamento com o Banco Mundial;
- (5) para aumentar o fundo do mercado de capitais de Tokyo e outros bancos de desenvolvimento multilaterais. (Ver Quadro Anexo) (1)

II.4.4. Análise Geral dos Dados

Esta parte do trabalho avalia os fluxos de recursos aos países em desenvolvimento a partir de uma análise quantitativa e qualitativa dos dados.

I.4.4.1. Metodologia

O método utilizado para se avaliar o comportamento dos fluxos de recursos oficiais (ODA japonesa) aos países em desenvolvimento consiste em duas partes:

- 1a) Divisão dos países em blocos (grupos)
- 2a) Cálculo para se chegar na participação relativa da ODA, especificando seu comportamento por bloco de países.

Os dados (absolutos) deste trabalho correspondem a série histórica de 1985 a 1990 do relatório anual da ODA (1990 e 1991).

A partir destas partes definidas, pretende-se desenvolver dois tipos de análises comparativas:

- 1a) Análise Quantitativa: onde irá verificar-se o comportamento da ODA japonesa através dos tipos de ajuda concedida, dos valores totais da série (1985/1990) e a participação relativa dos blocos de países.

- 2a) Análise Qualitativa: onde serão analisados os principais projetos ODA japonesa, agregando-os a partir de uma distribuição setorial e por bloco de países.

II.4.4.1.1. Especificação dos Blocos de Países

Este trabalho pretende comparar os fluxos de recursos da ODA japonesa a partir de três blocos de países:

-> Bloco de países asiáticos : consiste em 19 países da região Ásia-Pacífico. (2)

(Ver tabela anexa no 1)

> Bloco de países da América Latina : consiste em 22 países da América Latina e América do Sul. (3)

(Ver tabela anexa no 2)

> Bloco de países " novos " : consiste nos países que começaram a receber ajuda externa oficial japonesa a partir de 1985. São chamados de "novos", pois, até então, os fluxos de recursos para estes países não existiam. Este bloco divide-se em: (4)

1) Países Asiáticos (Ver tabela anexa no 3)

2) Países Não Asiáticos (Ver tabela anexa no 4)

(2) ODA JAPAN'S ,Annual Report, 1991.

(3) idem.

(4) Ver tabela de valores relativos/percentuais.

II.4.4.1.2. Cálculo

A quantificação dos dados da ODA japonesa consiste em quatro partes, segundo o bloco de países:

(1) CONCESSÕES (ajuda concedida e cooperação tecnológica)

$$\begin{array}{lcl} \text{CONCESSÕES} & = & \text{AJUDA CONCEDIDA} + \text{COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA} \\ & & \text{(A)} \qquad \qquad \text{(B)} \end{array}$$

(2) EMPRÉSTIMOS LÍQUIDOS (total)

(3) TOTAIS

- .. Total das Concessões (A) + (B)
- .. Total do País (1) + (2)
- .. Total do Bloco (somatória da série de dados dos
países do bloco)

(4) PERCENTUAIS

.. % da ajuda concedida (A) em relação ao total de concessões (A) + (B)

.. % da cooperação tecnológica (B) em relação ao total de concessões (A) + (B)

.. % do total das concessões (A) + (B) em relação ao total do país (1) + (2)

.. % do total dos empréstimos líquidos em relação ao total do país (1) + (2)

II.4.4.2. Análise Quantitativa

II.4.4.2.1. Bloco de Países Asiáticos

(Ver tabela de Países Asiáticos no 1)

1.1. Maiores Receptores da região Ásia-Pacífico

Dentre os países que mais receberam fluxos de recursos da ODA japonesa estão: (5)

- 1o) Indonésia (12.50 %)
- 2o) China (10.42 %)
- 3o) Filipinas (9.33 %)
- 4o) Tailândia (6.03 %)
- 5o) Bangladesh (5.38 %)

1.2. Tipos de Ajuda

1.2.1. Concessões

As concessões para os países da região Ásia-Pacífico estão relativamente equilibradas entre ajuda concedida (sem contrapartida para o Japão) e cooperação tecnológica.

A ajuda concedida, entretanto, tem uma participação maior (56.57 %) em relação ao total das concessões.

Os países que mais receberam concessões da ODA japonesa foram:

- 1o) Bangladesh
- 2o) Tailândia
- 3o) Sri Lanka
- 4o) Indonésia

1.2.2. Cooperação Tecnológica

Os países que mais receberam apoio tecnológico da ODA japonesa foram:

- 1o) China
- 2o) Indonésia
- 3o) Tailândia
- 4o) Filipinas

1.2.3. Empréstimos Líquidos

Os países que mais receberam empréstimos líquidos da ODA japonesa foram:

1o) Indonésia

2o) China

3o) Filipinas

4o) Tailândia

1.2.4. Conclusão

Os empréstimos da ODA japonesa durante os anos de 1985 a 1990 tiveram uma maior participação em relação ao total dos fluxos de recursos aos países da região Ásia-Pacífico.

Os países que mais receberam empréstimos na região foram os mesmos que mais apoio tecnológico obtiveram do Japão.

Indonésia, China, Filipinas e Tailândia representam (sob a ótica do volume de recursos injetados pelo Japão) o locus futuro do desenvolvimento econômico da Ásia.

O papel do JApão nestes países não tem sido apenas de alavancagem econômica. O Japão também tem, seguramente, uma perspectiva concreta de retorno dos empréstimos líquidos concedidos à medida que estes países alcancem um crescimento e desenvolvimento econômico sustentado.

II.4.4.2.2. Bloco de Países da América Latina

(Ver tabela de Países de América Latina no 2)

1.1. Maiores Receptores da América Latina

Dentre os países que mais receberam fluxos de recursos da ODA japonesa estão:

- 1o) Brasil (16.71 %)
- 2o) Bolívia (13.19 %)
- 3o) Honduras (10.73 %)
- 4o) Paraguai (9.57 %)
- 5o) México (9.09 %)

1.2. Tipos de Ajuda

1.2.1. Concessões

Os fluxos de ajuda concedida aos países da América Latina direcionaram-se para os países mais pobres e de menor renda per capita:

- 1o) Bolívia
- 2o) Honduras
- 3o) Peru
- 4o) Haiti

1.2.2. Cooperação Tecnológica

Em relação ao total das concessões, a cooperação tecnológica foi a categoria de ajuda externa que teve maior participação (65,29 %).

Os países que mais receberam apoio tecnológico da ODA japonesa foram:

- 1o) Brasil
- 2o) Paraguai
- 3o) Peru
- 4o) México

1.2.3. Empréstimos Líquidos

Os países que mais receberam empréstimos líquidos da ODA japonesa foram:

- 1o) Brasil
- 2o) Bolívia
- 3o) Honduras
- 4o) Jamaica

1.2.4. Conclusão

Os fluxos de recursos da ODA japonesa para os países da América Latina não são tão significativos quanto os fluxos para a região Ásia-Pacífico.

Entretanto, o apoio tecnológico concedido a países como o Brasil (99,89 % em relação ao total das concessões) é comparável ao da República da Coreia (99,69 % em relação ao total das concessões).

As concessões à Bolívia (sem contrapartida por parte do Japão) representam a maior participação em relação ao total dos fluxos de recursos para os países da América Latina.

Em relação aos empréstimos líquidos, o Brasil lidera a participação (233,52 milhões de dólares). Este montante, entretanto, também não é significativo em relação aos maiores receptores de empréstimos líquidos da região Ásia-Pacífico.

As concessões totais (A) + (B) representam a maior participação em relação ao fluxo total de recursos, caracterizando, basicamente, um apoio tecnológico aos países com baixas taxas de investimento.

II.4.4.2.3. Bloco de Países " Novos "

(Ver tabela de Países Novos)

Países Asiáticos (no 3)

Países Não Asiáticos (no 4)

1.1. Maiores Receptores do Bloco dos Países Novos

Dentre os países que mais receberam fluxos de recursos da ODA japonesa estão:

- 1o) Polônia
- 2o) Cambódia
- 3o) Hungria
- 4o) Bulgária
- 5o) Tchecoslováquia

1.2. Tipos de Ajuda

1.2.1. Concessões

Os fluxos recentes de recursos da ODA japonesa estão dirigidos ao apoio tecnológico destes países.

O Cambódia é uma exceção.

Em termos de participação - 60.74 % do total das concessões é ajuda concedida sem a contrapartida do Japão.

1.2.2. Cooperação Tecnológica

O apoio tecnológico foi o principal tipo de concessão aos países que têm recentemente recebido assistência do Japão.

Os países que mais receberam apoio tecnológico da ODA Japonesa foram:

- 1o) Polônia
- 2o) Hungria
- 3o) Cambódia
- 4o) Bulgária

1.2.3. Empréstimos Líquidos

A Polônia começou a receber fluxos de recursos oficiais do Japão a partir de 1990.

Apesar disto, tem sido uma exceção em termos de volume de recursos recebidos pelo Japão.

Os empréstimos concedidos à Polónia (98,58 milhões de dólares) foram o elemento de maior peso em relação ao total das concessões feitas pelo Japão aos países novos.

1.2.4. Conclusão

Os países deste bloco obtiveram fluxos de recursos menos expressivos em relação aos outros blocos. Isso ocorreu devido às relações mais antigas de cooperação econômica que o Japão mantém com os países da região Ásia-Pacífico e da América Latina.

Os países "novos" em termos de recepção de fluxos de recursos da ODA japonesa tem as seguintes características:

-> Bloco de Países Não Asiáticos

1) O tipo de assistência predominante nestes países foi o apoio tecnológico.

Durante o período analisado não houve fluxos de recursos para atender às concessões (sem contrapartida) e aos empréstimos.

2) Metade dos componentes deste bloco eram países de economias socialistas (Leste Europeu) e estão recebendo a assistência japonesa devido às necessidades de recursos para a sua reestruturação política e econômica.

3) A única exceção quanto ao volume de recursos obtidos é a Polônia.

Apesar de ter começado a receber os fluxos de recursos a partir de 1990, a Polônia é o país que mais cooperação tecnológica obteve do Japão, bem como, foi o único país que recebeu empréstimos da ODA japonesa. (6)

4) Se desconsiderarmos o significativo peso da Polônia no bloco de países "novos", a assistência financeira japonesa de 1985 a 1990, caracterizou-se por concessões, através do apoio tecnológico.

-> Bloco de Países Asiáticos

5) A Ásia é a região prioritária para a política assistencial do Japão.

A maioria dos países da região Ásia-Pacífico recebe fluxos de recursos do Japão e, por isso, a ODA exerce um papel fundamental na questão geopolítica do Pacífico.

(6) ODA JAPAN'S, Annual Report, 1991.

Diferentemente dos outros países asiáticos, os fluxos de recursos do Japão só chegaram no Cambódia em 1988.

Apesar de ser um país marcado por grande instabilidade política e econômica, o Cambódia caracterizou-se por ser o único a receber ajuda e apoio tecnológico do Japão.

Comparativamente, a ajuda concedida ao Cambódia (1,81 milhões de dólares) é semelhante à ajuda concedida ao Vietnã (1,631 milhões de dólares), que também foi um país de grandes instabilidades políticas e econômicas.

II.4.4.3. Análise Qualitativa

II.4.4.3.1. Distribuição Setorial da ODA japonesa

Os fluxos de recursos da ODA japonesa obedecem a diferentes destinos.

O comportamento da política assistencial do Japão depende das características de cada país receptor.

De forma geral, os setores de destino e seus sub-setores são:

(1) Infraestrutura Social e Serviços

- serviços e investimentos em Educação
- Saúde
- saneamento básico e fornecimento de água
- programas populacionais
- administração pública
- planejamento e desenvolvimento de serviços
- outros

(2) Infraestrutura Econômica e Serviços

- transportes
- comunicações
- desenvolvimento de rios
- energia
- outros

(3) Setores Produtivos

- agricultura
- indústria
- mineração
- construção civil
- comércio
- bancos
- turismo

(4) Programação de assistência financeira

(5) Reorganização de débitos

(6) Concessões de alimentos

(7) Assistência emergencial

II.4.4.3.2. A distribuição dos Fluxos de Recursos da ODA japonesa segundo os setores de destino

Durante dos anos de 1989 e 1990, a participação dos setores foi a seguinte:

1o) Infraestrutura Econômica e Serviços	(31.7)
2o) Programação de Assistência Financeira	(19.7)
3o) Infraestrutura Social e Serviços	(18.6)
4o) Setores Produtivos	(17.0)
5o) Reorganização de Débitos	(3.9)
6o) Ajuda Emergencial	(1.2)
7o) Ajuda de Alimentos	(0.5)
8o) Outros	(7.4)

Os setores mais expressivos em termos de fluxos de recursos foram o de infraestrutura econômica e serviços (1) e de programação de assistência financeira. Estes setores foram atendidos sob a forma de empréstimos.

No setor de infraestrutura social e serviços (3) os fluxos de recursos da ODA foram repassados sob a forma de assistência tecnológica .

Os setores que foram atendidos com as concessões (ajuda concedida) foram o de ajuda de alimentos (7) e o de ajuda emergencial (6).

Os setores produtivos (4) e de reorganização de débitos também foram atendidos sob a forma de empréstimos.

II.4.4.3.3. Análise dos Projetos do Bloco de Países Asiáticos financiados pela ODA do Japão

II.4.4.3.3.1. Projetos financiados por empréstimos

1) Infraestrutura Econômica e Serviços

1) Comunicações

Projetos...:

- rede de telecomunicações meteorológicas
- rede de telecomunicações regionais
- equipamentos
- cabo submarino de fibra ótica
- comunicação marítima
- programas rurais de expansão de redes de telefonia

2) Transportes

Projetos...:

- expansão de aeroportos
- expansão e modernização deos portos
- melhorias em linhas de metrô
- desenvolvimento e melhorias dos rios (construção de barragens, alteração do leito, etc.)

3) Energia

Projetos...:

- implantação e distribuição de plantas de energia
- programa do aço
- energia geotérmica
- plantas térmicas de carvão
- hidroelétricas
- implantação de programas de gás urbano
- eletrificação

2) Programação de Assistência Financeira

Projetos...:

- financiamentos para o desenvolvimento do setor privado
- financiamentos para programas macroeconômicos dos países com endividamento externo
- financiamentos setoriais
- financiamentos locais

3) Infraestrutura Social e Serviços

1) Serviços

Projetos...:

- serviços de engenharia
- programas de desenvolvimento de ciência e tecnologia
- sistemas de informação

2) Saneamento Básico

Projetos...:

- irrigação
- controle da oferta de água
- expansão e melhorias de redes
- construção de plantas de tratamento de água e esgotos

3) Educação

Projetos...:

- equipamentos
- treinamento da marinha
- implantação de escolas e universidades agrícolas

4) Setores Produtivos

1) Indústria

Projetos...:

- indústria pesqueira
- promoção e modernização da indústria exportadora
- desenvolvimento de fazendas industriais

2) Construção Civil

Projetos...:

- construção de estradas intra-urbanas
- construção de estradas rurais
- construção de estradas turísticas
- expansão e melhorias das estradas

3) Mineração

Projetos...:

- exploração

5) Reorganização de Débitos

Projetos...:

- reescalonamento dos empréstimos cedidos

6) Outros

Projetos...:

- desenvolvimento região Ásia-Pacífico
- controle de incêndios, enchentes, vulcões
- complexos urbanos e industriais

II.4.4.3.3.2. Projetos Desenvolvidos com o Apoio Tecnológico

1) Treinamentos (Recursos Humanos)

- saneamento básico
- programas ambientais
- programas do arroz
- desenvolvimento de máquinas industriais
- construção civil

2) Equipamentos

- laboratoriais, comunicações, médicos, engenharia genética, biotecnologia
- desenvolvimento de máquinas e equipamentos

3) Construção de Centros de Treinamento

Projetos...:

- desenvolvimento agrícola
- agro-indústria
- otimização da pauta de produtos exportáveis

4) Plantas

Projetos...:

- energia
- telecomunicações

II.4.4.3.3. Ajuda Concedida (Concessões)

1) Assistência para o Desenvolvimento Econômico

1.1) Ajuda Concedida (geral)

- construção de hospitais
- programas de prevenção de desastres
- controle de doenças (Malária)

1.2) Ajuda concedida para o desenvolvimento da pesca

- controle da pesca
- programa de cultura do peixe de água doce

1.3) Ajuda concedida para desastres e calamidades

- ajuda humanitária emergencial

1.4) Ajuda concedida para atividades culturais

- construção de centros culturais
- construção de centros de estudos sociais
- construção e expansão de institutos de pesquisa (Engenharia, Tecnologia, Saúde Pública, Meio Ambiente)
- construção de escolas de ensino básico

2) Ajuda de Alimentos

2.1) Alimentos

- doação de produtos alimentícios básicos

2.2) Aumento da produção de alimentos

- construção de centros de desenvolvimento de engenharia de alimentos e da agricultura
- programas de irrigação
- programas de estocagem de alimentos

II.4.4.3.4. Análise dos Projetos do Bloco de Países da América Latina financiados pela ODA do Japão

II.4.4.3.4.1. Projetos financiados por empréstimos

1) Infraestrutura Econômica e Serviços

1) Comunicações

Projetos...:

- rede de telecomunicações regionais

2) Transportes

Projetos...:

- expansão e modernização de os portos

3) Energia

Projetos...:

- implantação e distribuição de plantas de energia
- eletrificação rural

2) Programação de Assistência Financeira

Projetos...:

- financiamentos para programas macroeconômicos dos países com endividamento externo
- ajustamento do setor financeiro

3) Infraestrutura Social e Serviços

1) Saneamento Básico

Projetos...:

- irrigação

4) Setores Produtivos

1) Agricultura

Projetos...:

- desenvolvimento de produtos exportáveis
- fortalecimento do setor agrícola

2) Construção Civil

Projetos...:

- expansão e melhorias das estradas

5) Reorganização de Débitos

Projetos...:

- reescalonamento dos empréstimos cedidos

II.4.4.3.4.2. Projetos Desenvolvidos com o Apoio Tecnológico

1) Treinamentos (Recursos Humanos)

- saneamento básico
- construção civil

2) Equipamentos

- laboratoriais, comunicações, médicos

II.4.4.3.4.3. Ajuda Concedida (Concessões)

1) Assistência para o Desenvolvimento Econômico

1.1) Ajuda Concedida (geral)

- construção de hospitais
- controle de doenças (Dengue)
- construção de casas de baixa renda

1.2) Ajuda concedida para desastres e calamidades

- ajuda humanitária emergencial

1.3) Ajuda concedida para atividades culturais

- construção de centros culturais
- construção de centros de estudos sociais
- construção e expansão de institutos de pesquisa (Engenharia, Tecnologia, Saúde Pública, Meio Ambiente)
- treinamento de recursos humanos
- equipamentos educacionais
- apoio a universidades (expansão)

2) Ajuda de Alimentos

2.1) Alimentos

- doação de produtos alimentícios básicos

2.2) Aumento da produção de alimentos

- construção de centros de desenvolvimento de engenharia de alimentos e da agricultura
- produção vegetal
- desenvolvimento de comunidades agrícolas

II.4.5. Conclusão

As políticas regionais de cooperação econômica japonesa analisadas em cada bloco de países possui características específicas que são reflexo de diferentes necessidades e das expectativas do Japão de desenvolvimento destes países.

O bloco de países da região Ásia-Pacífico devido ao volume de recursos financeiros recebidos demonstrou ser a prioridade da política assistencial do Japão.

O Japão possui fortes ligações políticas, históricas, geográficas e econômicas com os países deste bloco.

Os países asiáticos (Indonésia, China, Tailândia, República da Coreia, etc.) vêm alcançando um dinamismo econômico que tem demandado fundos para o desenvolvimento.

A assistência financeira do Japão para estes países direcionaram-se para o setor privado. Esses recursos sob a forma de empréstimos aumentaram o investimento privado em projetos de infraestrutura social, econômica e políticas setoriais.

Os países do sudeste asiático (Índia, Bangladesh, etc.), por sua vez, caracterizam-se por problemas econômicos estruturais, como a miséria.

Nesta região há também grande instabilidade social (diferenças étnicas, religiosas, culturais). A assistência oficial do Japão nestes países procura atender às necessidades humanas básicas (basic human needs), tais como: alimentos e ajuda humanitária emergencial sob a forma de concessões.

O países do bloco de países da América Latina mantém relações econômicas com o Japão, principalmente o Brasil, por ter grande número de imigrantes japoneses.

Este bloco de países caracterizam-se pelo grande endividamento externo . A assistência financeira oficial japonesa mantém políticas de financiamento coordenadas com instituições financeiras internacionais (como FMI, Banco Mundial) que oferecem empréstimos para atender às necessidades do setor público destes países.

A maioria dos países da América Latina possui um nível de renda relativamente alto em relação a países como Índia e Bangladesh. Este aspecto dificulta as concessões sem a contrapartida para o Japão (exceto para projetos culturais).

A política de assistência financeira para os países deste bloco, é o apoio tecnológico para o setores de infraestrutura econômica e social.

O papel da JICA na América Latina é fundamental. Ela oferece apoio tecnológico aos países através de treinamento de recursos humanos, desenvolvimento de projetos e novas tecnologias que são básicas para o crescimento e desenvolvimento econômico sustentado.

Os bloco de países "novos" exceto Cambódia e Polônia recebeu um fluxo de recursos semelhante aos países da América Latina, ou seja, para atender às necessidades de inovação tecnológica em setores de infraestrutura econômica e social básicos para o desenvolvimento econômico.

A primeira exceção neste bloco foi a Polônia.

Diante da revolução que ocorreu no leste europeu em 1989 e das mudanças na nova ordem mundial, o Japão demonstrou o apoio às reformas econômicas que visassem a abertura de novos mercados.

O processo de democratização e mudanças econômicas levou o Japão a dar assistência financeira oficial aos países do leste europeu.

O Japão mostrou-se um ativo participante do G24 (grupo de países que dá suporte às mudanças políticas e econômicas do Leste Europeu) e sinalizou sua participação com fluxos de recursos para o EBRD (European Bank for Reconstruction and Development).

Concretamente, o Japão ofereceu assistência financeira significativa à Polônia, oferecendo empréstimos para o setor de infraestrutura econômica (matérias-primas para a indústria).

Entretanto, os ex-países socialistas do leste europeu ainda encontra limites como: nível de renda relativamente alta, incertezas quanto ao rumo da Economia e a consolidação do processo de democratização da região.

A outra exceção no bloco de "novos" países foi o Cambódia. O Japão ofereceu ajuda humanitária de alimentos aos refugiados cambodianos através do Programa de Assistência Humanitária da ONU.

Portanto, o Japão tem uma política assistencial para cada bloco de países, adotando estratégias de desenvolvimento diferenciada.

II.5. Críticas à ODA

II.5.1. O papel do setor privado na ODA

O processo de internacionalização do Japão nos anos 80 mostrou que este além de ser interesse público foi também de interesse do setor privado japonês.

A ODA ao direcionar à assistência oficial aos setores de infraestrutura econômica e social, viabilizou a implantação de empresas privadas japonesas nos países em desenvolvimento.

Isso ocorreu, obviamente, com fluxos de recursos oficiais que estabeleceram condições mínimas de infraestrutura (através da assistência financeira e do investimento público) nos países receptores, o que os tornou atraentes em termos de investimento privado.

Atualmente, a política assistencial japonesa tem ampliado sua agenda, chamando o setor privado para participar nas suas decisões.

Esta participação tem sido bem aceita pelas empresas japonesas e está sendo caracterizada a partir de sua experiência no know-how da tecnologia industrial e no gerenciamento de negócios.

Organizações empresariais como a KEIDANREN e a KANSAI COMMITTEE FOR ECONOMIC DEVELOPMENT têm defendido a ativa participação do setor privado como meio de ampliar a cooperação econômica, que tem se mantido até então, a nível governamental.

A tendência da cooperação econômica japonesa juntamente com empresas privadas, é contribuir, portanto, com o crescimento da atividade privada nos países em desenvolvimento, aliando know-how com os recursos oficiais.

II.5.2. A postura da ODA na nova ordem internacional

A estrutura política internacional passou por drásticas mudanças nos últimos anos. Estas mudanças têm exigido, cada vez mais, um volume maior de recursos para atender às necessidades globais.

Devido a estas necessidades, a ODA tem sinalizado aumentar a ajuda externa para a comunidade econômica internacional. Para tanto, tem repensado seu papel no contexto mundial.

O discurso apresentado no Parlamento do Japão, em Março de 1990, pelo primeiro ministro KAIFU revelou a intenção do governo japonês em priorizar alguns aspectos da sua política assistencial.

Ele sinalizou o redirecionamento da economia japonesa, dos recursos tecnológicos e de sua experiência assistencial pregressa, para definir uma posição oficial diante da nova ordem internacional.

KAIFU listou quatro aspectos fundamentais:

(1) A nova ordem político-econômica necessita ter a garantia de paz e segurança internacional;

(2) A liberdade e a democracia devem ser amplamente defendidos;

(3) O Japão colaborará para o desenvolvimento a nível mundial apenas em economias abertas, isto é pautadas pelo livre mercado;

(4) A preservação ambiental será prioritária em sua política assistencial;

(5) As relações internacionais devem guiar-se pelo diálogo e cooperação econômica.

Neste contexto, a posição oficial do Japão é que a ODA seja cada vez mais um instrumento de apoio que possibilite a estruturação desta nova ordem mundial.

II.5.3. Os esforços recentes para melhoria da assistência

A primeira política de melhoramento da ODA japonesa foi feita em 1988 e chamou-se 4º Objetivo de Médio Prazo. O conceito-chave desta política foi a cooperação internacional como elemento fundamental de aproximação entre os países, visando a expansão da ODA.

A vigência desta política compreende o período de 1988 a 1992 e tem como meta o aumento da ODA de pelo menos 50 bilhões de dólares. Este montante deve refletir o crescimento da economia japonesa no período.

Durante os dois primeiros anos deste Objetivo, a ODA japonesa forneceu um montante de 9,134 (1988) e 8,965 bilhões de dólares (1989) aos países em desenvolvimento. Isto significa que será necessário que o Japão forneça, ainda, um montante da ordem de 31,9 bilhões de dólares no período compreendido entre 1990 e 1992. Para tanto, o orçamento da ODA deve ser alterado.

O teto do orçamento geral da ODA para o ano fiscal de 1991 mostra que será necessário um aumento de 9,1 % da ODA para atingir os 50 bilhões de dólares em 1992.

Em linhas gerais, o 4º Objetivo de Médio Prazo da ODA sinaliza a expansão da assistência e um aumento da ajuda financeira aos países em desenvolvimento com significativo endividamento externo.

Além da melhoria em termos da ajuda financeira, a ODA também está expandindo sua cooperação econômica na área tecnológica.

O orçamento para esta área - centralizado na JICA (Japan International Cooperation Agency) - tem aumentado cerca de 7 % ao ano, bem como, tem aumentado o número de trainees aceitos nos estágios oferecidos pela JICA.

A cooperação econômica nesta área tem se expandido graças à integração de projetos de transferência tecnológica com o treinamento de recursos humanos capazes de assimilar novas tecnologias.

Com relação aos empréstimos da ODA, o 4º Objetivo colocou quatro prioridades.

A primeira é a melhoria da qualidade dos empréstimos, principalmente, com relação às taxas de juros. O objetivo é que haja uma progressiva diminuição das taxas médias de juros, favorecendo os países devedores.

A segunda prioridade é o esforço para se diversificar os tipos de empréstimos da ODA. Neste sentido, poderiam ser tomadas as seguintes medidas: inclusão nas despesas dos empréstimos o aumento de seus custos financeiros, institucionalização da renovação automática de determinados empréstimos e a expansão de empréstimos para projetos com as mais diferentes propostas.

A terceira é capacitar o Japão a ter uma maior flexibilidade nas políticas assistenciais dos países em desenvolvimento através da expansão de diferentes tipos de empréstimos.

Esta prioridade poderia facilitar o ajuste estrutural dos países em desenvolvimento, já que haveria uma divisão das decisões entre o Banco Mundial, o FMI e a ODA.

A quarta é o aumento do financiamento de novos pacotes de empréstimos, aumentando o percentual de participação deste item na ODA.

II.5.4. A eficácia da ajuda externa do Japão

- uma visão crítica

Nos últimos anos, tem-se questionado se a assistência japonesa é realmente útil para os países em desenvolvimento ou se a ODA se traduz em um " desperdício de fundos ".

Diante do significativo crescimento da assistência econômica japonesa nos anos recentes, uma série de questões vêm sendo feitas, entre elas: por que o Japão oferece essa assistência? Qual a filosofia desta ajuda do Japão? A ajuda financeira está contribuindo para o desenvolvimento dos países receptores? Qual o futuro destes fluxos financeiros, principalmente, na região Ásia-Pacífico, que é a maior receptora de recursos?

Para responder a estas questões, necessitamos de exemplos de algumas economias da Ásia, onde o Japão tem priorizado sua assistência econômica.

Verificamos que os países asiáticos onde o Japão enviou recursos maciçamente tiveram um vigoroso crescimento econômico ao longo da década de 80. Entretanto, esta década foi caracterizada como a " década perdida " para a maioria dos países em desenvolvimento. Isso demonstra o papel fundamental exercido pela assistência japonesa nas economias asiáticas e o peso de seu apoio aos países da região.

Entre os países asiáticos que mais cresceram, estão: Coreia do Sul, Singapura, Malásia e Tailândia, todos obtiveram assistência financeira japonesa durante a década de 80.

Entretanto, muitos críticos da ajuda externa japonesa acreditam que as atividades de assistência financeira externa existem para promover os interesses da própria economia japonesa.

O fato da assistência japonesa ser caracterizada por um elevado montante de empréstimos e apoio tecnológico, tem levado a questionamentos como: O Japão não estaria utilizando-se de sua posição internacional favorável para promover suas exportações?

Outros críticos acreditam que o Japão não utiliza sua política de financiamento externo para promover suas exportações, mas sim, através dela, criar uma infraestrutura e um ambiente institucional favorável ao estabelecimento das empresas japonesas nos países receptores.

A assistência financeira para setores de infraestrutura econômica e social têm realmente estimulado o investimento privado nos países receptores. Entretanto, esse mecanismo de ajuda não deixa também de contribuir para o crescimento econômico nestes países.

As atividades do setor privado tanto das empresas nacionais como das multinacionais é vital para o avanço dos países em desenvolvimento.

Apesar das críticas, a experiência da Ásia tem mostrado a contribuição efetiva da ODA do Japão no estabelecimento de condições necessárias para atrair capitais privados, que vêm alavancando as economias da região asiática.

Com relação à assistência financeira aos países em desenvolvimento, esta é fluída e não permite uma avaliação precisa de sua eficácia. Exceto através de ajuda humanitária emergencial onde a assistência japonesa contribui, obviamente, de alguma forma com o país receptor.

III. CONCLUSÃO

Na década de 80, posição fortalecida do Japão - enquanto a segunda economia mais desenvolvida do mundo - pautou sua assistência financeira aos países em desenvolvimento de forma diferenciada.

No contexto internacional, observa-se que a assistência financeira do Japão aos países em desenvolvimento foi um instrumento de sua política externa.

Na região Ásia-Pacífico o Japão adotou uma política assistencial onde os fluxos de recursos voltaram-se para uma complementariedade entre os mercados locais. A cooperação econômica regional possibilitou o "catching up" de muitos países que eram considerados como países em desenvolvimento.

Com relação aos fluxos de recursos japoneses na América Latina, a análise dos dados demonstrou que estes fluxos não foram suficientes para que os países solucionassem as suas restrições externas e as frequentes crises de financiamento. Apesar do apoio tecnológico concedido pelo Japão, direcionado aos setores mais dinâmicos que poderiam impulsionar o desenvolvimento econômico, as concessões deste caráter foram incipientes diante do atraso crônico dos países latinos.

Quanto aos novos países receptores de recursos japoneses, não está ainda definido um padrão assistencial, dificultando a visualização de suas tendências futuras.

Portanto, o Japão - enquanto economia líder - teve como prioridade a concessão de recursos para a região Ásia-Pacífico.

Esta região é atualmente considerada por economistas futuristas como o locus do desenvolvimento econômico no próximo século - a chamada "Era do Pacífico" - no qual a economia mundial funcionaria em torno dos países da região asiática.

Com relação aos outros países em desenvolvimento, a assistência financeira oficial do Japão, bem como de outros países desenvolvidos, não ofereceu na década passada alternativas que possibilitassem uma maior inserção internacional destes países, que estão à margem da dinâmica econômica mundial.

BIBLIOGRAFIA

Japan's ODA, Annual Report. Tokyo, 1990.

Japan's ODA, Annual Report. Tokyo, 1991.

HASEYAMA, Takelico & **HANOBE**, Susumi & **O'uchi**, Hinoru. " New Issues of economic Cooperation ". In: **SHINOHARA**, Myohei & **LO**, Fu-chen. Global Adjustment and the Future of Asian-Pacific Economy. Tokyo, APDC/IDE, 1989.

KAWATA, Tadashi. "Japanese Economic Assistance: Trial and Achievement". In: Development Economies. Volume XI, n 4, 1973.

Japan Economic Journal. Tokyo, 1987.

Development Co-operation, 1991 Report. OECD, Paris, 1991.

SCHWARTZ, Gilson. Japão de olhos Abertos. São Paulo, 1990.

SHINOHARA, Myohei & **LO**, Fu-chen. Global Adjustment and the Future of Asian-Pacific Economy. Tokyo, APDC/IDE, 1989.

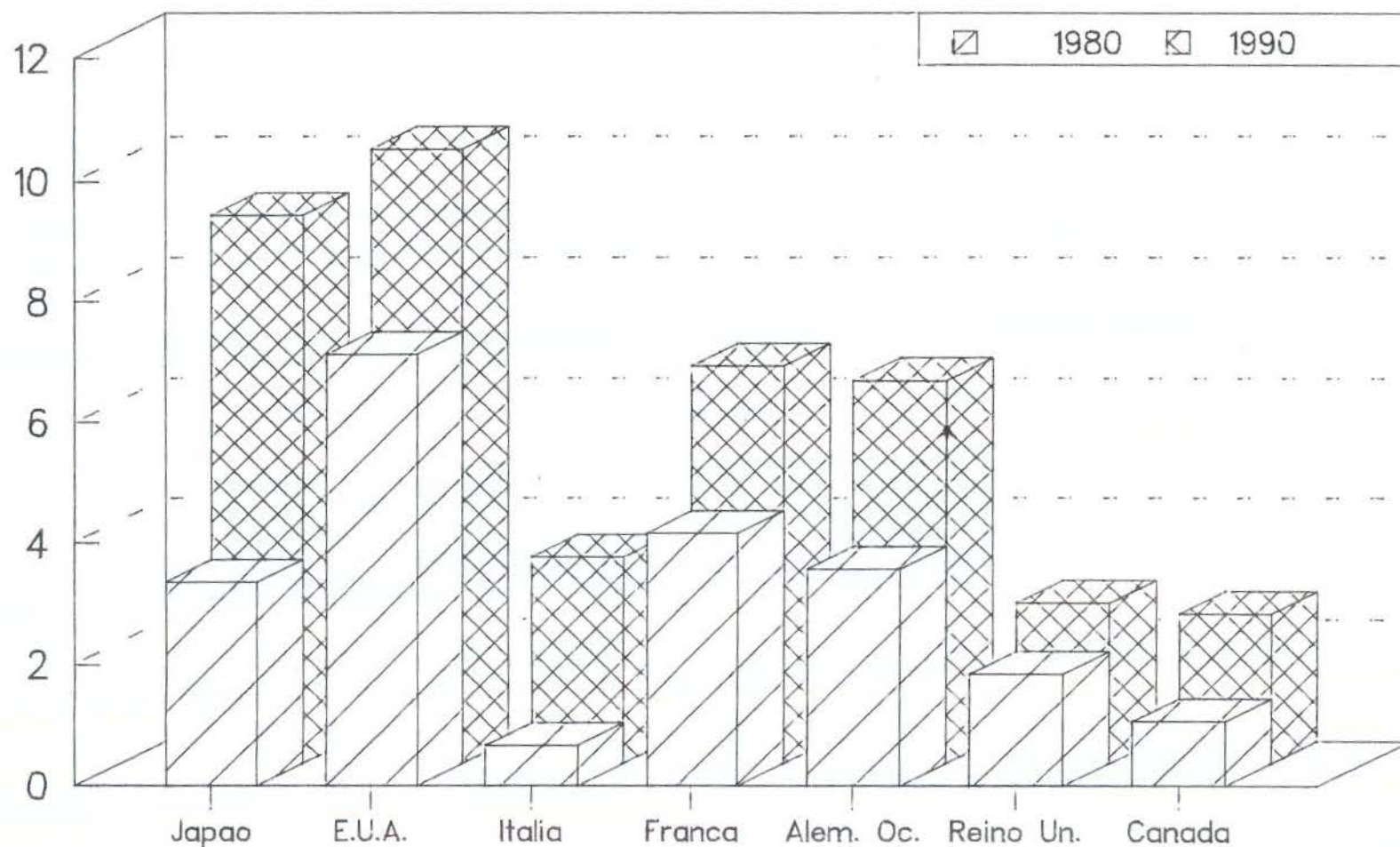
STREETEN, Paul. Beyond Adjustment: The Asian Experience. Washington, FMI, 1988.

HAGGARD, Stephan & **MOON**, Chung-in. Pacific Dynamics: The International Politics of Industrial Change. CIS-inha University, California, 1989.

Japan's ODA Outlook, 1988-1990.

ANEXOS

II.3.2. PERFORMANCE DA ODA Principais países DAC/OCDE



Fonte: Relatório Anual ODA/JAPAO, 1991.

Tabela II.3.1 - Performance da ODA entre 1980 e 90

Ano	ODA (milh \$)	Variação	ODA/GNP	DAC médio ODA/GNP
80	3,304	25.2%	0.31%	0.37%
81	3,171	-4.0%	0.27%	0.35%
82	3,023	-4.7%	0.28%	0.38%
83	3,761	24.4%	0.32%	0.36%
84	4,319	14.8%	0.34%	0.36%
85	3,797	-12.1%	0.29%	0.35%
86	5,634	48.4%	0.29%	0.35%
87	7,454	32.3%	0.31%	0.35%
88	9,134	22.5%	0.32%	0.36%
89	8,965	-1.8%	0.32%	0.33%
90	9,222	2.9%	0.31%	0.35%

Fonte: Relatório Anual ODA/Japão, 1991.

Tabela II.3.2. Performance da ODA - 1990

(Principais Países)

países	ODA (milh \$)	ODA/PNB (%)	Partic. ODA no total DAC (%)
E.U.A.	11,394	0,21	20,4
França	9,380	0,79	16,9
Japão	9,069	0,31	16,3
Alemanha	6,320	0,42	11,4
Itália	3,395	0,32	6,1

Fonte: Development Co-operation: 1991 Report, OECD, Paris.

Tabela II.3.3.1 - Distribuição Geográfica da ODA Bilateral

(Distribuição Líquida em Milhões de US\$)

País	1980	1985	1987	1988	1989	1990
Ásia	1,382 (70.5)	1,732 (67.8)	3,416 (65.1)	4,034 (62.8)	4,240 (62.5)	4,117 (59.3)
Nordeste Asiático	82 (4.2)	392 (15.3)	557 (11.0)	725 (11.3)	919 (13.6)	835 (12.0)
Sudeste Asiático	861 (44.0)	962 (37.6)	1,866 (35.6)	2,197 (34.2)	2,226 (32.8)	2,379 (34.3)
ASEAN	703 (35.9)	800 (31.3)	1,680 (32.0)	1,920 (29.9)	2,132 (31.5)	2,299 (33.1)
Sudoeste Asiático	435 (22.2)	375 (14.7)	970 (18.5)	1,109 (17.3)	1,091 (16.1)	898 (12.9)
Não Especificado	5 (0.3)	3 (0.1)	3 (0.1)	4 (0.1)	3 (0.0)	4 (0.0)
Oriente Médio	204 (10.4)	201 (7.9)	526 (10.0)	583 (9.1)	360 (5.4)	705 (10.2)
África	223 (11.4)	252 (9.9)	516 (9.8)	884 (13.8)	1,040 (15.3)	792 (11.4)
América Latina	118 (6.0)	225 (8.8)	418 (8.0)	399 (6.2)	563 (8.3)	561 (8.1)
Oceania	12 (0.6)	24 (0.9)	68 (1.3)	93 (1.4)	98 (1.4)	114 (1.6)
Europa	1.5 (0.1)	1 (0.0)	2.0 (0.0)	1 (0.1)	11.0 (0.2)	158 (2.3)
Leste Europeu	-	-	-	-	-	153 (2.2)
Não Alocável	1 (1.2)	122 (4.8)	302 (5.8)	425 (6.6)	458 (6.8)	494 (7.1)
Total Bilateral ODA	1,961 (100.0)	2,557 (100.0)	5,248 (100.0)	6,422 (100.0)	6,779 (100.0)	6,940 (100.0)

Nota: Valores entre parênteses representam percentuais do total

Fonte: Relatório Anual ODA/Japão, 1991.

Tabela II.3.3.2 - Maiores receptores da ODA Bilateral

(Despesas em milhões de dólares de 1985, \$)

Posição	Total 1985-1990		
	País	Montante	(%)
1	Indonésia	3,866.6	12.71%
2	China	2,943.8	11.85%
3	Filipinas	1,995.7	8.03%
4	Tailândia	1,676.4	6.75%
5	Bangladesh	1,416.7	5.70%
6	India	967.3	3.89%
7	Paquistão	851.2	3.43%
8	Myanmar	829.7	3.34%
9	Sri Lanka	595.7	2.40%
10	Malásia	401.9	1.62%
	Total Acima	14,838.2	59.71%
	Total Mundo	24,851.1	100.00%

Fonte: Relatório Anual ODA/Japão, 1991.

Tabela II.3.3.3 - Maiores Receptores da ODA Bilateral
Por tipo de Ajuda (1990)

(Distrib.Liquida Base: Milhões de US\$, %)

POSICAO	PAIS	ODA BILATERAL		TIPOS DE AJUDA		
		total	%	Concessões	Ass. Tecnológica	Empréstimos
1	Indonésia	867.78	12.50	58.38	108.68	700.72
2	China	723.02	10.42	37.82	163.49	521.71
3	Filipinas	647.45	9.33	91.15	61.98	494.31
4	Tailândia	418.57	6.03	76.02	96.34	246.21
5	Bangladesh	373.57	5.38	131.66	19.98	221.94
6	Malásia	372.62	5.37	1.77	58.54	312.31
7	Turquia	324.21	4.67	0.34	15.25	308.62
8	Paquistão	193.55	2.79	56.06	11.54	125.96
9	Sri Lanka	176.07	2.54	74.39	16.58	85.10
10	Polônia	149.85	2.16	-	2.12	147.73
TOTAL ACIMA		4,246.69	61.20	527.59	554.50	3,164.61
TOTAL MUNDO		6,939.56	100.00	1,374.05	1,645.30	3,920.16

Fonte: Relatório Anual ODA/Japão, 1991.

Tabela II.3.3.4- Distribuição Setorial do Comitê da ODA Bilateral (1990)

(Milhões de US\$, %)

1..... 1..... Setor de Destino	Tipos 1..... 1..	Concessão		Total	Empres- tinos	Total	
		Concess	Assist.			(%)	
		Assist.	Tecnol.				
1 Infraestrut. Social		422.68	601.33	1024.01	354.57	1378.58	17.5%
2 Infraestrut. Econôm.		210.13	153.46	363.59	2130.83	2494.42	31.7%
3 Produção Setorial		375.89	388.64	764.53	563.06	1327.59	16.9%
4 Multisetorial		(0.00)	87.63	87.63	51.94	139.57	1.8%
5 Progr.Assist. Financ		(0.00)	(0.00)	(0.00)	1619.96	1619.96	20.6%
6 Reorganiz. Débitos		127.69	(0.00)	127.69	155.60	283.29	3.6%
7 Ajuda c/ Alimentos		45.85	(0.00)	45.85	(0.00)	45.85	0.6%
8 Assist.Emerg.(-Alim)		10.66	(0.00)	10.66	(0.00)	10.66	0.1%
9 Custo Adm. das Doaç.		(0.00)	268.77	268.77	(0.00)	268.77	3.4%
A Sup.a Org.Volun.Priv		3.22	(0.00)	3.22	(0.00)	3.22	0.0%
B Não especificado		209.46	74.81	284.29	13.62	297.91	3.8%
Total 1-B		1405.60	1574.64	2980.24	4889.58	7869.82	100.0%
B H N (1+3+7+8) (*)		849.28	803.53	1652.81	567.21	2220.03	28.2%

Nota:

(*) BHN (Basic Human Needs)

1. O item B inclui doações assistenciais a "não-projetos"

2. Os valores nas tabelas possuem arredondamentos.

Fonte: Relatório Anual ODA/Japão, 1991.

Tabela II.3.3.4.1 - Alocação da ODA Bilateral por Grupo de Renda

(Despesas Liquidadas em Milhões de US\$, X)

Grupos de Renda	1987	1988	1989	1990
LMIC	988.2(18.8)	1,186.9(18.5)	1,013.9(15.0)	878.8(12.7)
LICs	2,264.9(43.2)	3,566.7(55.5)	3,891.4(57.4)	3,354.7(48.3)
LMICs	1,005.2(19.2)	791.7(12.3)	850.9(12.6)	1,265.6(18.2)
UMICs	384.3(7.3)	227.3(3.5)	239.0(3.5)	621.6(8.9)
NIES	158.7(3.0)	160.4(2.5)	245.5(3.6)	205.6(3.0)
OPEC	122.3(2.3)	19.6(0.3)	28.5(0.4)	- 50.8(- 0.7)
Não classificados	204.1(3.9)	51.0(0.8)	509.3(7.5)	663.9(9.6)
TOTAL ODA Bilateral	5,247.6(100.0)	6,421.9(100.0)	6,778.5(100.0)	6,939.6(100.0)

Obs: Os valores entre parênteses representam percentuais do total.

Fonte: Relatório Anual ODA/Japão, 1991.

II.4.2.1. Fluxo Total dos Recursos Financeiros para Países em Desenvolvimento

(Despesas Líquidas em Milhões de US\$, %)

	1988	1989	1990	Var % (89/90)
I. Official Development Assistance (ODA)	9,134	8,965	9,222	2.9
1. Assistência Bilateral	6,422	6,779	6,940	2.4
(1) Concessões:	2,908	3,037	3,019	(0.6)
Conc. Assistenciais	1,483	1,556	1,374	(11.7)
Assistência Tecnológica	1,425	1,481	1,645	11.1
(2) Empréstimos	3,514	3,741	3,920	4.8
2. Contribuiç. à Instit. Multilaterais	2,712	2,186	2,282	4.4
Porcentagem do PNB	32%	32%	31%	-
II. Other Official Flows (OOF)	(639)	1,544	3,470	124.8
1. Créditos de Export. (acima de 1 ano)	(1,838)	(1,245)	(1,028)	-
2. Investimento Direto e Outros	1,410	1,892	4,209	122.4
3. Financ. a Instit. Multilaterais	(211)	897	290	-
III. Fundos Privados (PF)	12,822	13,502	6,262	(53.6)
1. Créditos de Export. (acima de 1 ano)	219	687	(13,51)	-
2. Investimento Direto	8,190	11,290	8,144	(27.9)
3. Títulos Bilaterais	2,830	1,289	(2,581)	-
4. Financ. a Instit. Multilaterais	1,583	236	711	202.0
IV. Concess. a agências volunt. privadas	107	122	103	(15.3)
Total Oficial e Fluxos Privados (I+II+III+IV)	21,423	24,133	19,05	(21.0)
Porcentagem do PNB	75%	85%	64%	-
PNB (Milhões de US\$)	28,669	28,366	29,629	2.3
(Para Referência)				
1. Crédito de Exportação - Total	(1,619)	(559)	(1,042)	(86.5)
2. Investimento Direto - Total	9,600	13,183	12,353	(6.3)

Nota: 1. Taxa de Câmbio (especificada pelo DAC): 1988: \$1 = ¥128.15
1989: \$1 = ¥137.96
1990: \$1 = ¥144.80

2. Valores possuem arredondamentos; quando c/parenteses são negativos.

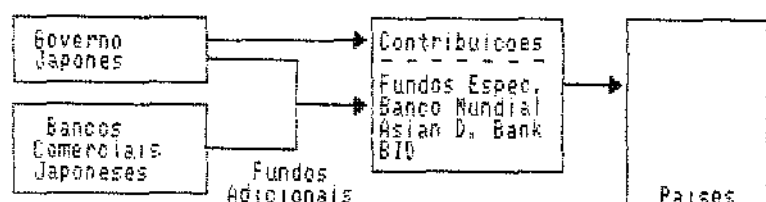
3. Concessões assistenciais incluem custos administrativos e suporte para instituições não governamentais.

Fonte: Relatório Anual ODA/Japão, 1991.

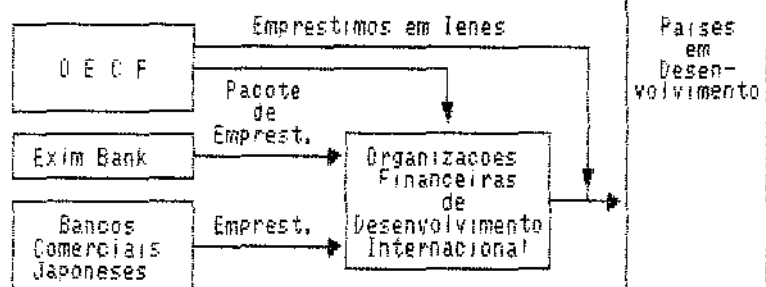
Como os US\$ 30 Bi foram reciclados

1. US\$ 20 Bilhoes

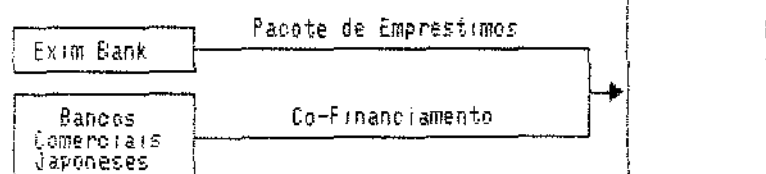
- (1) Extensao dos fundos para Organizacoes Financeiras de Desenvolvimento Internacional (US\$ 8 Bilhoes)



- (2) Co-financiamento com Org. Internacionais (Mais de US\$ 9 Bilhoes)



- (3) Expansão dos Pacotes de Emprést. para o Exim Bank (US\$ 3 Bilhoes)



2. US\$ 10 Bilhoes

- (1) Criação de Fundo Especial Japonês no Banco Mundial (US\$ 2 Bi)
(2) Empréstimos para o FMI (US\$ 3,6 Bi)
(3) Contribuições para a IDA, ADB (US\$ 3,9 Bi)

Fonte: Japan Economic Journal (1987)

1985

1986

PAISES	CONCESSOES			EMPRESTIMOS LIQUIDOS	TOTAL (1) + (2)	CONCESSOES			EMPRESTIMOS LIQUIDOS	TOTAL (1) + (2)
	(1)					(1)				
	Ajuda Concedida (A)	Cooperacao Tecnologica (B)	Total (A)+(B)			Ajuda Concedida (A)	Cooperacao Tecnologica (B)	Total (A)+(B)		
BANGLADESH	55.86	6.29	62.15	59.33	121.48	49.35	7.3	56.66	189.82	246.47
BRUNEI	0	1.05	1.05	0	1.05	0	2.18	2.18	0	2.1
BUTAO	1.38	0.21	1.59	0	1.59	4.82	0.49	5.32	0	5.32
CHINA	11.56	31.16	42.72	345.17	387.89	25.68	61.19	86.87	410.88	496.95
REP. COREA	0	15.14	15.14	-17.58	-4.44	0	21.78	21.78	-35.53	-13.75
FILIPINAS	39.96	29.75	69.71	170.29	240	41.08	39.3	80.37	357.58	437.95
INDIA	9.65	4.49	14.14	7.77	21.91	22.53	6.94	29.47	197.23	226.71
INDONESIA	31.06	45.28	76.34	84.99	161.33	46.75	63.07	109.82	51.01	160.83
LAOS	7.99	0.17	8.16	-0.65	7.51	4.87	1.85	6.72	-1.5	5.21
MALASIA	0.55	23.06	23.61	101.90	125.59	7.06	36.43	43.49	-5.73	37.76
MALDIVES	1.89	0.49	2.38	-0.31	2.08	4.34	0.56	4.9	-0.56	4.34
MONGOLIA	0.07	0.19	0.26	0	0.26	0	0.34	0.34	0	0.34
MYANMAR	43.37	5.79	49.16	104.88	154.04	61.37	7.59	68.96	175.18	244.14
NEPAL	36.31	4.82	41.13	9.61	50.74	44.66	9.05	53.71	14.35	68.07
PAQUISTAO	38.52	4.74	43.26	50.05	93.31	31.9	6.94	38.84	112.72	151.56
SINGAPURA	2.54	9.51	12.05	-4.11	7.94	8.34	12.86	21.21	-5.89	15.32
SRI LANKA	33.35	7.71	41.06	46.68	87.74	56.61	11.09	67.7	59.2	126.91
TAILANDIA	76.54	40.69	117.23	146.87	264.1	71.56	54.19	125.76	134.65	260.41
VIETNA	0.28	0.31	0.59	0	0.59	0.85	4.81	5.66	0	5.66

PAISES ASIATICOS

PAISES	1987			1988			1989			1990		
	CONCESSOES			EMPRESTIMOS	TOTAL	CONCESSOES			EMPRESTIMOS	TOTAL		
				LIQUIDOS					LIQUIDOS			
	(1)			(2)	(1) + (2)	(1)			(2)	(1) + (2)		
	Ajuda	Cooperacao	Total			Ajuda	Cooperacao	Total				
	Concedida	Tecnologica				Concedida	Tecnologica					
	(A)	(B)	(A)+(B)			(A)	(B)	(A)+(B)				
BANGLADESH	124.61	11.25	135.86	198.34	334.2	118.71	15.01	133.72	800.24	341.95		
BRUNEI	0	2.81	2.81	0	2.81	0	3.91	3.91	0	3.91		
BUTAO	3.74	0.49	4.23	0	4.23	5.24	1.52	6.77	0	6.77		
CHINA	54.31	76	130.31	422.81	553.12	52.03	102.67	154.71	518.99	673.7		
REP. COREA	0.23	29.15	29.37	-22.8	6.58	0	35.63	35.63	-23.07	12.56		
FILIPINAS	66.89	44.9	111.79	267.6	379.38	70.4	60.7	131.1	403.62	534.72		
INDIA	23.05	10.12	33.16	270.78	303.94	35.28	10.31	45.59	133.87	179.46		
INDONESIA	68.7	67.08	135.78	570.72	707.31	49.4	93.79	143.19	841.72	984.91		
LAOS	14.8	0.45	15.25	-1.21	14.04	11.96	1.78	13.74	-2.58	11.16		
MALASIA	7.85	40.82	48.67	227.72	276.39	2.89	54.74	57.64	-32.8	24.83		
MALDIVES	4.52	1.37	5.88	0	5.88	15.14	1.47	16.61	0	16.61		
MONGOLIA	0	0.5	0.5	0	0.5	0	0.61	0.61	0	0.61		
MYANMAR	55.43	11.84	67.27	104.73	172	81.69	9.56	91.25	168.29	259.55		
NEPAL	49.98	14.74	64.72	12.05	76.78	41.37	14.56	55.93	6.43	62.36		
PAQUISTAO	61.78	11.01	72.8	53.89	126.69	89.46	13.75	103.21	198.97	302.17		
SINGAPURA	1.41	15.89	17.3	-6.07	11.23	0	18.33	18.33	-7.1	11.22		
SRI LANKA	54.16	12.47	66.63	51.63	118.26	65.68	21.16	86.86	112.97	199.83		
TAILANDIA	62.92	72.64	135.56	166.88	302.44	44.15	94.28	138.44	222.19	360.62		
VIETNA	0	0.29	0.29	0	0.29	0.19	4.63	4.82	0	4.82		

PAISES ASIATICOS

(EM MILHOES DE US\$) - TABELA N.1

	1989			1990						
PAISES	CONCESSOES			EMPRESTIMOS TOTAL		CONCESSOES			EMPRESTIMOS TOTAL	
				LIQUIDOS					LIQUIDOS	
	(1)			(2)	(1) + (2)	(1)			(2)	(1) + (2)
	Ajuda	Cooperacao	Total			Ajuda	Cooperacao	Total		
	Concedida	Tecnologica				Concedida	Tecnologica			
	(A)	(B)	(A)+(B)			(A)	(B)	(A)+(B)		
BANGLADESH	135.59	16.72	152.31	210.29	370.6	131.66	19.98	151.64	221.94	370.57
BRUNEI	0	4.03	4.03	0	4.03	0	3.11	3.11	0	3.11
BUTAO	7.54	1.65	9.19	0	9.19	4.7	2.32	7.02	0	7.02
CHINA	58.01	106.1	164.11	668.07	832.18	37.82	163.49	201.31	521.71	723.02
REP. COREA	0.18	37.38	37.56	3.4	40.96	0.19	50.75	50.94	-0.57	50.36
FILIPINAS	115.32	60.74	176.06	227.69	403.75	91.15	61.98	153.14	494.31	647.45
INDIA	24.58	10.51	35.09	222.15	257.23	22.17	11.72	33.89	53.38	67.26
INDONESIA	44.66	101.82	146.48	998.78	1145.26	58.38	108.68	167.07	700.72	867.78
LAOS	18.29	2.94	21.22	-1.84	19.39	15.48	3.63	19.11	-1.75	17.36
MALASIA	1.76	56.96	58.71	20.92	79.63	1.77	59.54	60.31	312.31	372.62
MALDIVES	12.27	1.25	13.52	0	13.52	4.31	1.31	5.61	0	5.61
MONGOLIA	0.34	0.97	1.31	0	1.31	0.32	1.37	1.7	0	1.7
MYANMAR	40.36	3.52	43.88	27.53	71.41	30.18	3.16	33.34	27.98	61.32
NEPAL	42.24	14.57	56.81	20.58	77.39	34.27	12.86	47.13	8.04	55.17
PAGUISTAO	74.78	14.26	89.04	88.42	177.46	56.06	11.54	67.59	125.96	153.55
SINGAPURA	0.7	15.53	16.24	-5.59	10.65	0	14.34	14.34	-24.78	-10.44
SRI LANKA	75.89	17.76	93.68	91.57	185.25	74.39	16.58	90.97	85.1	176.07
TAILANDIA	107.78	96.69	204.47	284.38	488.85	76.02	96.34	172.36	246.21	418.57
VIETNA	0.31	1.24	1.55	0	1.55	0	1.31	1.31	0	1.31

PAISES DA AMERICA LATINA (EM MILHOES DE US\$) - (TABELA N.2)

1985

1986

PAISES	CONCESSOES			EMPRESTIMOS LIQUIDOS		TOTAL		CONCESSOES			EMPRESTIMOS LIQUIDOS		TOTAL	
	(1)			(2)		(1) + (2)		(1)			(2)		(1) + (2)	
	Ajuda Concedida (A)	Cooperacao Tecnologica (B)	Total (A)+(B)					Ajuda Concedida (A)	Cooperacao Tecnologica (B)	Total (A)+(B)				
ARGENTINA	1.89	4.77	6.66	1.78	8.44	0.3	11.56	11.86	4.34	11.19				
BOLIVIA	9.72	5.31	15.03	7.58	22.61	7.26	15.93	7.96	22.78					
BRASIL	0	15.7	15.7	24.91	40.61	0	23.86	23.86	8.43	32.29				
CHILE	4.53	4.45	8.98	-2.25	6.73	1	7.7	-2.28	5.45					
COLOMBIA	1.58	3.81	5.39	8.5	13.89	0.0	6.83	7.17	0	7.17				
COSTA RICA	0.18	1.4	1.58	-0.13	0.55	0.3	2.69	2.99	-0.18	1.81				
CUBA	0	0.09	0.09	0	0.09	0	0.23	0.23	0	0.23				
REP. DOMINICANA	0	2.09	2.09	7.92	10.01	1.91	3.27	5.18	7.2	12.37				
EL SALVADOR	0	0.14	0.14	-3.68	-3.54	1.2	0.31	1.51	-2.43	-0.97				
EQUADOR	0.24	1.8	2.04	-0.12	1.92	0	3.33	3.33	-0.42	1.92				
GUATEMALA	0	1.29	1.29	0	1.29	0.26	2.32	2.57	0	2.57				
GUIANA	3.25	0.14	3.39	-0.03	3.36	3.07	0.09	3.16	-0.04	3.12				
HAITI	6.21	0.11	6.32	0	6.32	4	0.33	4.33	0	4.33				
HONDURAS	7.88	4.11	11.99	6.91	18.9	7.45	4.48	11.94	24.25	36.19				
JAMAICA	0	0.7	0.7	23.98	24.69	0.42	1.09	1.51	8.94	10.45				
MEXICO	1.61	9	10.61	8.9	19.51	0	10.85	10.85	69.93	80.74				
NICARAGUA	0	0.06	0.06	0	0.06	0	0.16	0.16	0	0.16				
PANAMA	0.07	4	4.07	0	4.07	0.24	5.49	5.73	0	5.73				
PARAGUAI	3.61	13.06	16.67	2.18	18.85	9.06	18.36	27.41	6.64	34.05				
PERU	1.47	11.78	13.25	8.2	21.45	7.57	14.51	22.08	10.19	32.27				
URUGUAI	0.2	1.37	1.57	0.13	1.7	0.24	1.24	1.48	0.01	1.49				
VENEZUELA	0	1.22	1.22	-0.15	1.07	0	1.37	1.37	0.1	1.48				

VALORES PERCENTUAIS - 1985/1990

PAISES ASIATICOS (EM MILHOES DE US\$)

PAISES	CONCESSOES		EMPRESTIMOS LIQUIDOS						
	(1)		(2)						
	Ajudas Concedidas (A)	% do total	Cooperacao Tecnologica (B)	% do total	Total Concessoes (A)+(B)	% do total	Total Emp. Liq.	% do total	TOTAL DO PAIS (1)+(2)
BANGLADESH	615.78	88.69	78.55	11.31	694.34	38.78	1095.96	61.22	1790.28
BRUNEI	0	0.00	17.09	100.00	17.09	100.00	0	0.00	17.09
BUTAO	27.42	80.36	6.68	19.58	34.12	100.00	0	0.00	34.12
CHINA	239.41	30.69	540.61	69.31	780.03	21.27	2886.83	78.73	3666.86
REP. COREA	0.6	0.32	189.83	99.69	190.42	206.37	-98.15	-106.37	92.27
FILIPINAS	424.8	58.82	297.37	41.18	722.17	27.32	1921.09	72.68	2643.26
INDIA	137.26	71.74	54.09	28.27	191.33	17.77	885.18	82.23	1076.51
INDONESIA	298.95	30.35	480.52	61.65	779.49	19.35	3247.94	80.65	4027.42
LAOS	73.39	87.16	10.82	12.85	84.2	112.75	-9.53	-12.76	74.68
MALASIA	21.88	7.48	270.55	92.52	292.43	31.90	624.4	68.10	916.83
MALDIVES	42.47	86.85	6.45	13.19	48.9	101.79	-0.87	-1.81	48.04
MONGOLIA	0.73	15.47	3.98	84.32	4.72	100.00	0	0.00	4.72
MYANMAR	312.4	89.28	41.46	11.72	353.87	36.77	608.59	63.23	962.46
NEPAL	248.83	77.90	70.6	22.10	319.43	81.80	71.06	18.20	390.51
PAQUISTAO	352.5	84.99	62.24	15.01	414.74	41.28	636.01	62.70	1004.74
SINGAPURA	12.99	13.06	86.46	86.92	99.47	216.62	-53.34	-116.59	45.92
SRI LANKA	360.08	80.57	86.79	19.42	446.9	50.21	447.15	50.24	890.06
TAILANDIA	438.97	49.11	454.83	50.89	893.82	42.66	1201.18	57.34	2094.99
VIETNA	1.63	11.46	12.59	88.54	14.22	100.00	0	0.00	14.22
TOTAL	3610.09	56.57	2771.51	43.43	6381.69	32.24	13457.3	67.98	19794.98

PAISES DA AMERICA

1987

1988

PAISES	CONCESSOES			EMPRESTIMOS LIQUIDOS		TOTAL		CONCESSOES			EMPRESTIMOS LIQUIDOS		TOTAL	
	(1)			(2)		(1) + (2)		(1)			(2)		(1) + (2)	
	Ajuda Concedida (A)	Cooperacao Tecnologica (B)	Total (A)+(B)					Ajuda Concedida (A)	Cooperacao Tecnologica (B)	Total (A)+(B)				
ARGENTINA	0.33	14.08	14.41	5.75	20.16	5.2	18.6	23.8	2.2	26				
BOLIVIA	15.19	11.17	26.37	27.44	53.8	16.74	12.63	29.36	5.96	35.36				
BRASIL	0	27.12	27.12	54.98	82.1	0.19	34.62	34.81	31.55	66.35				
CHILE	4.06	6.65	10.7	-1.02	9.68	7.13	8.85	15.98	-1.01	14.96				
COLOMBIA	2.1	8.68	10.78	-6.3	4.48	0.73	9.52	10.25	-3.56	6.69				
COSTA RICA	0.29	4.41	4.7	0.06	4.76	0.13	6.2	6.33	0.01	6.32				
CUBA	0	0.21	0.21	0	0.21	0	0.48	0.48	0	0.48				
REP. DOMINICANA	2.17	3.47	5.63	12.02	17.66	1.78	4.85	6.63	16.25	22.98				
EL SALVADOR	6.4	0.21	6.61	-3.17	3.43	5.16	0.32	5.48	-3.42	2.06				
EQUADOR	0.36	2.3	2.66	43.4	46.06	0	3.58	3.58	12.54	16.12				
GUATEMALA	0.29	2.23	2.52	0	2.52	0.34	4.03	4.36	0	4.36				
GUIANA	0.77	0.06	0.83	-0.05	0.78	1.56	0.5	2.06	-0.05	2.01				
HAITI	9.92	0.2	10.12	0	10.12	14.82	0.18	15	0	15				
HONDURAS	12.4	5	17.41	17.57	34.97	18.74	6.64	25.37	22.73	48.1				
JAMAICA	0	1.08	1.08	2.21	3.29	0.85	0.64	1.49	4.13	5.62				
MEXICO	0.3	17.09	17.39	17.56	34.95	1.25	16.66	17.91	20.92	38.83				
NICARAGUA	0	0.29	0.29	0	0.29	0	0.41	0.41	0	0.41				
PANAMA	0.19	5.36	5.55	0	5.55	0	4.52	4.52	0	4.52				
PARAGUAI	10.52	18.5	29.03	10.26	39.28	11.81	23.63	35.44	8.15	43.85				
PERU	13.61	18.26	31.88	5.67	37.55	7.51	19.33	26.84	1.61	28.44				
URUGUAI	0.33	1.94	2.27	-0.19	2.08	0	3.46	3.46	-0.29	3.17				
VENEZUELA	0	2.02	2.02	0.01	2.03	0.32	2.74	3.06	0.12	3.19				

PAISES DA AMERICA LATINA (EM MILHOES DE US\$) - TABELA N.2

PAISES	1989			1990								
	CONCESSOES			EMPRESTIMOS TOTAL LIQUIDOS			CONCESSOES			EMPRESTIMOS TOTAL LIQUIDOS		
	(1)			(2)			(1)			(2)		
				(1) + (2)						(1) + (2)		
	Ajuda Concedida	Cooperacao Tecnologica	Total				Ajuda Concedida	Cooperacao Tecnologica	Total			
	(A)	(B)	(A)+(B)				(A)	(B)	(A)+(B)			
ARGENTINA	13.97	14.97	28.94	2.95	31.89	0.64	15.64	16.28	0.12	16.4		
BOLIVIA	29.65	12.28	41.94	50.93	92.87	22.65	15.16	37.8	57.41	95.21		
BRASIL	0	37.22	37.22	86.95	124.17	0	37.96	37.96	26.7	64.66		
CHILE	0	7.45	7.45	10.81	18.26	6.61	12.96	19.58	-0.87	18.71		
COLOMBIA	6.02	10.92	16.93	-6.72	10.22	2.11	13.14	15.25	-3.45	11.6		
COSTA RICA	1.7	6.11	7.81	0.61	8.41	0.38	6.77	7.15	32.96	40.11		
CUBA	0	0.35	0.35	0	0.35	0	0.55	0.55	0	0.55		
REP. DOMINICANA	3.58	4.94	8.53	14.04	22.57	10.94	6.46	17.4	2.13	19.53		
EL SALVADOR	3.31	0.16	3.47	0	3.47	7.96	0.27	0.24	0	0.24		
EQUADOR	6.09	3.81	9.9	14.47	24.37	4.57	3.1	7.66	7.39	15.05		
GUATEMALA	0.3	3.64	3.94	0	3.94	0.46	4.86	5.31	0	5.31		
GUIANA	0.46	0.82	1.28	-0.05	1.23	4.47	0.2	4.66	-0.05	4.61		
HAITI	10.99	0.18	11.16	0	11.16	2.43	0.32	2.75	0	2.75		
HONDURAS	17.53	7.43	24.96	15.03	39.99	22.41	8.67	31.08	54.02	85.1		
JAMAICA	0	0.35	0.35	22.57	22.92	0.55	0.64	1.2	62.28	63.48		
MEXICO	4.53	16.59	21.12	3.89	25.01	5.91	18.17	24.08	-0.01	24.06		
NICARAGUA	0	0.45	0.45	0	0.45	0	0.93	0.93	0	0.93		
PANAMA	0	2.85	2.85	0	2.85	0	2.33	2.33	0	2.33		
PARAGUAI	7.49	19.51	27	45.53	72.53	0.94	19.03	19.97	6.4	26.37		
PERU	6.11	19.66	25.77	2.09	27.86	20.35	19.09	39.44	0.35	39.79		
URUGUAI	0.57	4.13	4.71	-0.27	4.44	0.3	4.52	4.82	-0.36	4.46		
VENEZUELA	0.36	3.66	4.02	0.1	4.12	0.32	2.57	2.89	0	2.89		

VALORES PERCENTUAIS - 1985/1990

PAISES DA AMERICA LATINA (EM MILHÕES DE US\$) -- TABELA N.2

PAISES	CONCESSOES				EMPRESTIMOS LIQUIDOS				
	(1)		(2)		(3)		(4)		TOTAL DO PAIS (1)+(2)
	Ajuda Concedida (A)	% do total Cooperacao Tecnologica (B)	Total Concessoes (A)+(B)	% do total Cooperacao Tecnologica (C)	Total Emp. Liq. (D)	% do total Emp. Liq. (E)	Total Emp. Liq. (F)	% do total Emp. Liq. (G)	
ARGENTINA	22.33	21.90	79.62	78.10	101.95	85.61	17.14	14.39	119.08
BOLIVIA	101.21	60.81	65.22	39.19	166.43	51.43	157.18	48.57	323.6
BRASIL	0.19	0.11	176.48	99.89	176.67	43.07	233.52	56.93	410.18
CHILE	23.33	33.14	47.06	66.86	70.39	95.43	3.38	4.58	73.76
COLOMBIA	13.34	20.28	52.9	80.43	65.77	121.24	-11.53	-21.25	54.25
COSTA RICA	2.98	9.75	27.58	90.25	30.56	48.54	33.33	52.94	62.96
CUBA	0	0.00	1.91	100.00	1.91	100.00	0	0.00	1.91
REP. DOMINICANA	20.38	44.83	25.08	55.17	45.46	43.29	59.56	56.71	105.02
EL SALVADOR	24.03	94.42	1.41	5.54	25.45	200.55	-12.75	-100.47	12.69
EQUADOR	11.26	38.60	17.92	61.43	29.17	27.41	77.26	72.59	106.44
GUATEMALA	1.65	0.25	18.37	91.90	19.99	100.00	0	0.00	19.99
GUIANA	13.58	88.30	1.81	11.77	15.38	101.79	-0.27	-1.79	15.11
HAITI	48.37	97.36	1.32	2.66	49.68	100.02	0	0.00	49.67
HONDURAS	86.41	70.40	36.33	29.60	122.75	46.63	140.51	53.38	263.24
JAMAIICA	1.82	28.75	4.5	71.09	6.33	4.85	124.12	95.15	130.45
MEXICO	13.6	13.34	88.36	86.66	101.96	45.69	121.19	54.31	223.15
NICARAGUA	0	0.00	2.3	100.00	2.3	100.00	0	0.00	2.3
PANAMA	0.5	2.00	24.55	98.00	25.05	100.00	0	0.00	25.05
PARAGUAI	43.43	27.93	112.09	72.07	155.52	66.20	79.16	33.70	234.93
PERU	56.62	35.55	102.63	64.44	159.26	85.00	28.11	15.00	187.36
URUGUAI	1.64	8.96	16.66	90.99	18.31	105.59	-0.97	-5.59	17.34
VENEZUELA	1	6.86	13.58	93.14	14.58	98.65	0.18	1.22	14.78
TOTAL	487.67	34.71	917.68	65.32	1404.87	57.27	1049.12	42.76	2453.26

VALORES PERCENTUAIS - 1985/1990

PAISES NOVOS - MAC ASIATICO (EM MILHOES DE US\$)

PAISES	CONCESSOES				EMPRESTIMOS LIQUIDOS				
	(1)				(2)				
	Ajuda Concedida (A)	% do total Cooperacao Tecnologica (B)	% do total Total Concessoes (A)+(B)	Total	% do total Total Emp. Liq.	Total	% do total TOTAL DO PAIS (1)+(2)		
AFEGANISTAO	0	0	0.04	100	0.04	100	0	0	0.04
AFRICA DO SUL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALBANIA	0	0	0.09	100	0.09	100	0	0	0.09
BULGARIA	0	0	0.55	100	0.55	100	0	0	0.55
CHADE	0	0	0.14	100	0.14	100	0	0	0.14
CIPRIA	0	0	0.34	100	0.34	100	0	0	0.34
HUNGRIA	0	0	1.97	100	1.97	100	0	0	1.97
MALTA	0	0	0.31	100	0.31	100	0	0	0.31
NAMIBIA	0	0	0.19	100	0.19	100	0	0	0.19
NAURU	0	0	0.07	100	0.07	100	0	0	0.07
POLONIA	0	0	2.12	100	2.12	1.41	147.73	98.59	149.85
ROMANIA	0	0	0.29	100	0.29	100	0	0	0.29
TCHECOSLOVAGIA	0	0	0.46	100	0.46	100	0	0	0.46
TOTAL	0	0	6.57	100	6.57	4.25	147.73	95.75	154.0

PROJECT HOWARD (ESTIMATED) (IN MILLIONS OF US\$) 1991-1994

ARTICLE	CONCESSOES				EMPRESTIMOS (IN US\$)			
	(I)				(II)			
	Ajuda Concedida (A)	% do total	Cooperacao Tecnologica (B)	% do total	Total Concessoes (A)+(B)	% do total	Total Emp. Liq. (C)+(D)	% do total
CHAD	1.81	60.74	1.17	39.26	2.98	100	0	0
TOTAL	1.81		1.17		2.98		0	0